

RELATÓRIO

COMISSÃO ACADÊMICA
DE ANÁLISE INSTITUCIONAL

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1989



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 524 - RJ - CEP 20550

A T O E X E C U T I V O Nº 1628/88

Cria Comissão Acadêmica de Análise
se Institucional da UERJ.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Art. 1º - Constituir Comissão Acadêmica de Análise Institucional, integrada por professores e pesquisadores da UERJ e de outras instituições para, no prazo de 60 (sessenta) dias:

- I - traçar perfil acadêmico da UERJ, diagnosticando carências e identificando as áreas de maior potencial;
- II - situar a UERJ no contexto das Universidades do País, levantando o potencial dos setores mais afinados com os programas de desenvolvimento científico e tecnológico que mais interessam ao Estado;
- III - elaborar relatório analítico com sugestões para ação imediata.

Art. 2º - São objetivos da comissão:

- I - apontar instrumentos para uma política institucional de pesquisa;
- II - fornecer subsídios para o debate a ser desenvolvido pelos Departamentos, Unidades Acadêmicas e órgãos colegiados;
- III - desencadear processo de avaliação;
- IV - oferecer sugestões para a elaboração de plano acadêmico de curto, médio e longo prazo e a sua conseqüente implementação.

Art. 3º - A Comissão será integrada por 12 (doze) no mes de reconhecida relevância na comunidade científica e acadêmica do País.

Art. 4º - O Reitor presidirá os trabalhos da comissão e providenciará todos os recursos necessários ao seu pleno funcionamento.

Art. 5º - Este Ato Executivo entra em vigor nesta data.

UERJ, em 22 de agosto de 1988

Ivo Barbieri

IVO BARBIERI
Reitor

COMISSÃO ACADÊMICA DE ANÁLISE INSTITUCIONAL

Aspásia Brasileiro Alcântara Camargo

Carly Silva

Caspar Stemmer

Elon Lages Lima

Ivo Barbieri — Presidente

Jader Benuzzi Martins

José Manuel Riveros

Luiz Antonio Cunha

Oscar Sala

Reinaldo Felipe Nery Guimarães

Ricardo César Pereira Lira

Roberto Alcântara Gomes

Simon Schwartzman — Relator

Súmula das Conclusões e Recomendações

I. Características gerais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	iii
II. Recomendações relativas às atividades acadêmicas e de pesquisa.	iv
III. Recomendações de ordem administrativa, financeira e institucional.	v
IV. Recomendações sobre política de pessoal docente	vi
V. Recomendações sobre o sistema de bibliotecas da Universidade	vi
VI. Recomendações sobre a informatização da Universidade.	vii
VII. Recomendação sobre a continuidade dos trabalhos da Comissão.	vii

Relatório Geral

1. Instituição, composição e atividades da Comissão.	1
2. Características Gerais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	2
3. As vocações específicas da UERJ	3
a. Crescimento desordenado	3
b. Identidade e vocações da UERJ.	4
i. Formação de alunos nas profissões liberais tradicionais.	4
ii. Formação de pessoal para o magistério e para as "novas" profissões	4
iii. Extensão.	5
iv. Pós-graduação e pesquisa científica	6
v. A UERJ e o Estado do Rio de Janeiro.	6
4. Estratégia para a reforma.	6
a. Agilização na captação e administração de recursos externos - o papel do CEPUERJ.	7
b. Uma política de recursos estratégicos - o papel da FAPERJ.	8
c. A questão da expansão futura da UERJ.	8
d. O Hospital Universitário Pedro Ernesto.	8
f. A importância da avaliação.	9
5. Sugestão sobre estrutura organizacional	10
6. Sugestão sobre a carreira docente.	10
7. Sugestão sobre coordenação didática e integração do ensino, pesquisa e extensão. . .	12
8. Sugestão sobre o Sistema de Bibliotecas	13
9. Sugestões sobre computação eletrônica.	14
10. Avaliação Geral do Centro Biomédico	15
a. Instituto de Biologia	16
b. Faculdade de Odontologia	17

c. Instituto de Nutrição.	18
d. Faculdade de Ciências Médicas	18
e. Hospital Universitário Pedro Ernesto	19
f. Faculdade de Enfermagem	21
g. Instituto de Medicina Social	21
h. Conclusões e recomendações relativas ao Centro Biomédico.	22
11. Avaliação da área de Ciência e Tecnologia.	23
a. Instituto de Física	23
b. Instituto de Química	24
c. Instituto de Matemática	25
d. Escola Superior de Desenho Industrial	25
e. Faculdade de Engenharia	26
f. Instituto de Geociências	26
g. Conclusões Gerais sobre a área de Ciência e Tecnologia.	27
12. Avaliação das áreas de Educação, Humanidades e Ciências Sociais.	29
a. Faculdade de Direito.	29
b. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.	30
c. Instituto de Psicologia	30
d. Instituto de Letras.	31
e. Faculdade de Economia	32
f. Faculdade de Serviço Social	32
g. Faculdade de Administração e Finanças	33
h. Instituto de Educação Física e Desportos	33
i. Faculdade de Comunicação Social	33
j. Faculdade de Educação	34
k. Colégio de Aplicação	35
l. Faculdades de Formação de Professores	36
m. Conclusões e recomendações sobre as áreas de Ciências Sociais, Educação e Humanidades.	36

Súmula das Conclusões e Recomendações

I. Características gerais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro ocupa um lugar importante no Estado, com seus 16 mil alunos, dezenas de cursos e atividades de extensão, e a administração do Hospital Pedro Ernesto; suas virtudes e problemas não diferem muito dos da maioria das universidades públicas do país. Além disto, uma parte significativa de seus estudantes busca a UERJ pela sua localização geográfica, na Zona Norte da cidade, e pela possibilidade de estudar à noite; são pessoas que trabalham, de origem social menos privilegiada, e que por isto têm dificuldades de acesso a outras universidades públicas da região. Muitos destes alunos estão nos cursos de licenciatura, que preparam para o magistério de primeiro e segundo grau.

B. A UERJ é uma instituição heterogênea e desigual, reunindo unidades com histórias e origens distintas, e níveis de desempenho também desiguais. De maneira geral, chama a atenção o fato de a UERJ quase não ter acompanhado as principais universidades públicas brasileiras na criação de programas de pesquisa e pós-graduação nas últimas décadas, situação que se reflete na qualidade de seu ensino em quase todas as áreas; e de não ter, tampouco, investido mais intensamente na melhoria das condições de aprendizagem de seus alunos, principalmente daqueles de outras carreiras que não as mais tradicionais, como a Medicina, o Direito, a Odontologia e a Engenharia.

C. Não foi tarefa desta Comissão avaliar a situação financeira e administrativa da UERJ. No entanto, ela pôde observar que, em termos de número de alunos por professores e funcionários, a UERJ está dentro da média das universidades públicas brasileiras. Seu orçamento global, em termos das necessidades de um atendimento adequado a seus alunos e condições de trabalho para seus professores, assim como para o funcionamento do Hospital Pedro Ernesto, não é grande, e precisaria ser significativamente aumentado, em função de um plano bem articulado de modernização e desenvolvimento. Isto não significa que não haja problemas de ordem administrativa e financeira que necessitam de atenção. É especialmente preocupante o fato de que a quase totalidade dos recursos da UERJ é gasta atualmente em salários de professores e funcionários, com pouquíssima disponibilidade para gastos de custeio e compra dos equipamentos necessários às atividades de ensino e de pesquisa que qualquer universidade deve ter; e isto apesar de a UERJ não ter conseguido até hoje implantar o regime de dedicação exclusiva para seus professores.

II. Recomendações relativas às atividades acadêmicas e de pesquisa.

A. A Comissão acredita que a elevação do nível de desempenho da UERJ, do envolvimento de seus professores com as atividades de ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis, bem como a melhoria de sua imagem e reconhecimento públicos, implicam necessariamente estímulo e incentivo às atividades de pesquisa e pós-graduação, onde quer que seja possível identificar ou constituir potencial para tanto.

B. O desenvolvimento do sistema de universidades e institutos de pesquisa no Rio de Janeiro levou ao estabelecimento, neste Estado, de uma das maiores concentrações de instituições de ensino superior e de pesquisa científica existentes no país. A criação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e, em particular, a constituição da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), marcam o início do envolvimento do governo do Estado no esforço pelo desenvolvimento científico e tecnológico da região, até aqui quase que exclusivamente apoiado pelo governo federal. A Universidade Estadual tem um papel importante a desempenhar neste esforço, através da seleção criteriosa de projetos e atividades a serem desenvolvidos, procurando associar-se, quando possível, a outras instituições, e buscando ocupar caminhos ainda pouco trilhados. A Comissão entende que um destes caminhos é o desenvolvimento de projetos que tematizem os grandes problemas do Estado do Rio de Janeiro.

C. Como forma de viabilizar estas atividades, a Comissão vê com entusiasmo a iniciativa da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de buscar instituir, junto à FAPERJ, um fundo especial de recursos para atender a projetos oriundos da UERJ, que sejam avaliados e acompanhados de forma independente pelos comitês assessores da Fundação.

D. O desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação requerem a implantação de critérios estritos de qualidade. Neste sentido, a Comissão recomenda que a Universidade procure dar o máximo apoio aos programas e novas iniciativas de qualidade que já existem ou possam ser viabilizados, e interrompa ou suspenda os programas de pós-graduação que tenham recebido da CAPES avaliação "D" ou inferior, até que apresentem perspectivas concretas de melhoria.

E. É necessário proceder à eliminação imediata da redundância na oferta de cursos em disciplinas básicas de graduação, e ao redirecionamento da matrícula de novos alunos em cursos de demanda extremamente reduzida.

F. A Comissão sugere a criação imediata de um grupo de trabalho com a missão específica de avaliar em profundidade a situação atual de seus cursos de licenciatura, o papel que a UERJ vem desempenhando em relação à rede de ensino básico do Estado, e propor medidas para sua melhoria.

G. É necessário proceder a uma reavaliação aprofundada das atuais atividades de extensão e serviços externos da UERJ, para diferenciar aqueles dotados de conteúdo educacional e de pesquisa relevantes dos meramente rotineiros e, por isto, dispensáveis.

III. Recomendações de ordem administrativa, financeira e institucional.

A Comissão constata e considera de grande importância o esforço da atual administração da UERJ em melhorar seu desempenho administrativo e financeiro e seu perfil institucional, que depende também do apoio e do estímulo do governo estadual. Algumas medidas que surgem como mais centrais neste sentido são as seguintes:

A. Definição imediata dos termos da autonomia administrativa, financeira e de gestão patrimonial da UERJ em relação ao governo estadual, no atendimento da norma constitucional vigente. Esta autonomia deve implicar a implantação de dotação orçamentária global para a Universidade, com liberação mensal de recursos, e liberdade para a definição de sua própria política de pessoal, assim como na liberdade e agilidade na utilização de recursos oriundos de receitas próprias.

B. Interrupção da prática de incorporação à UERJ de unidades isoladas de ensino superior localizadas no Estado. A UERJ não tem porque ser a única instituição estadual pública de ensino superior. Na medida em que o Estado identifique razões para expandir ou reformular seu sistema de ensino superior, poderia fazê-lo pela criação de novas instituições.

C. Implantação de sistemas contínuos de avaliação e acompanhamento de todas as atividades-fim da Universidade - ensino, pesquisa, extensão - com a utilização regular de membros de outras instituições científicas, universitárias e profissionais.

D. Implantação de reforma administrativa que assegure a eficiência e a probidade na gestão financeira e patrimonial da Universidade, e que inclua uma política de qualificação e enxugamento do pessoal administrativo e de desenvolvimento de um quadro de funcionários técnicos especializados. Esta reforma deve ter como uma das principais iniciativas a informatização de todos os procedimentos de administração financeira, escolar e de pessoal da Universidade.

E. Recuperação do poder de rescisão de contratos de professores e funcionários por parte da Universidade, pela suspensão de cláusulas contratuais, acordos e resoluções internas que proporcionem estabilidade além dos limites definidos por lei.

F. Reestudo da atual estrutura organizacional da UERJ, tendo como um dos objetivos a eliminação dos atuais Centros Setoriais.

G. Implantação de mecanismos ágeis de captação e gerência de recursos externos, em particular para a pesquisa e a extensão. Neste aspecto é essencial uma revisão dos objetivos e estrutura do Centro de Produção da UERJ (CEPUERJ).

IV. Recomendações sobre política de pessoal docente

A UERJ necessita começar a implementar, imediatamente, uma política de pessoal que estimule e favoreça a dedicação integral de professores, garanta a seletividade dos concursos e dos procedimentos de promoção, e permita a substituição dos inadaptados ou inaptos. Para isto, a Comissão recomenda:

A. Ampliação da política de qualificação de professores, e criação de condições de trabalho adequadas para a permanência de professores na universidade em regime de tempo integral;

B. Criação de mecanismos ágeis para a contratação de professores visitantes com alta qualificação, por prazo fixo e fora dos quadros de carreira.

C. Suspensão, daqui em diante, de contratações em regime de 40 horas sem cláusula de dedicação exclusiva; reavaliação da distribuição de carga horária dos atuais professores de 40 horas, para eventuais ajustes;

D. Modificações na carreira docente, reafirmando-se a exigência de concurso público para ingresso em todos os níveis, e para acesso a professor titular; realização de promoções somente mediante titulação formal (mestrado para assistentes, doutorado para adjuntos) além da avaliação dos candidatos por parte de comissões qualificadas; eliminação dos concursos de livre-docência; fixação de prazo máximo para permanência no nível de professor auxiliar.

V. Recomendações sobre o sistema de bibliotecas da Universidade

A Comissão constata o estado extremamente precário do sistema de Bibliotecas da UERJ, que requer ação corretiva imediata. As principais recomendações são as seguintes:

A. Contratação de consultoria externa, com experiência de administração de biblioteca universitária de grande porte, para desenvolver e implantar um projeto de reformulação e recuperação do sistema, que viabilize inclusive a busca de recursos externos para este fim;

B. Investimento inicial imediato no acesso aos acervos bibliográficos disponíveis no Rio de Janeiro e às redes de informação bibliográfica nacionais e internacionais;

C. estabelecimento de uma política de aquisições que dê prioridade a livros-texto, indispensáveis aos cursos de graduação, e às obras de referência e periódicos mais consultados;

D. estímulo para que, em projetos submetidos a agências financiadoras, as diferentes unidades e departamentos incluam sempre a solicitação de recursos para a compra de livros e revistas, devendo estes ser incorporados ao acervo do sistema de bibliotecas;

E. Informatização do sistema de catalogação e recuperação da informação, com acesso direto pelos usuários.

VI. Recomendações sobre a informatização da Universidade.

A UERJ é uma das poucas universidades públicas brasileiras que não dispõem de sistemas próprios de processamento de dados. A Universidade alberga fisicamente o PRODERJ (Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro), que lhe dá algum suporte na área administrativa. No entanto, o PRODERJ não tem como atender às crescentes necessidades computacionais de uma universidade moderna, e a Comissão considera que, nesta área, o caminho a ser trilhado deva ser autônomo, pelo desenvolvimento de um centro de processamento de dados científico, um centro de processamento de dados administrativo, e um projeto de rede de micro-computadores.

A. O centro de processamento de dados científico deve dar apoio aos docentes, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação da Universidade. A implantação de um sistema deste tipo, pelo seu custo, deve ser necessariamente precedida de uma cuidadosa análise das possibilidades de acesso remoto aos equipamentos do Laboratório Nacional de Computação Científica do CNPq no Rio de Janeiro.

B. O processamento de dados para fins administrativos é feito normalmente por equipe especializada e em equipamento diferente daquele utilizado para fins educacionais e de pesquisa, e deve ter por objetivo o processamento *on line* de toda a administração burocrática, financeira e escolar da universidade.

C. Os micro-computadores permitem o atendimento relativamente barato e imediato a necessidades de ensino, pesquisa e de administração que não possam fazer uso ou não requeiram acesso imediato aos sistemas centralizados. É necessária uma política de compatibilização de equipamentos e de otimização no uso de *software*, assim como a previsão de instalações para o acesso dos microcomputadores à rede central, e através desta aos sistemas de redes externos.

D. Para o desenvolvimento destas atividades, a UERJ necessita criar um grupo técnico especializado, que possa assumir a responsabilidade e acompanhar a política de informatização da Universidade.

VII. Recomendação sobre a continuidade dos trabalhos da Comissão.

A Comissão recomenda que a UERJ estabeleça um grupo de trabalho permanente, junto à reitoria, com o objetivo de transformar as presentes recomendações em projetos específicos,

com estabelecimento de prazos, projeções de custo, fontes de financiamento e mecanismos de avaliação e acompanhamento. A Comissão espera que, na execução destes projetos, a UERJ possa contar com o apoio e a simpatia do governo do Estado do Rio de Janeiro, da comunidade científica e universitária, assim como de todas as instituições voltadas para o desenvolvimento da educação superior e do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

1. Instituição, composição e atividades da Comissão.

A Comissão Acadêmica de Análise Institucional da UERJ foi criada por Ato Executivo do Reitor em 22 de agosto de 1988, com o objetivo de traçar o perfil acadêmico da UERJ, situá-la no contexto das Universidades do país, e propor sugestões para a ação imediata por parte da Universidade. Mais especificamente, a Comissão deveria apontar instrumentos para uma política institucional de pesquisa, fornecer subsídios para o debate a ser desenvolvido pelos departamentos, unidades acadêmicas, administração central e órgãos colegiados da Universidade, desencadear o processo de avaliação e fornecer sugestões para a elaboração de um plano acadêmico de curto, médio e longo prazo, e sua conseqüente implementação. A Comissão foi presidida pelo Reitor Ivo Barbieri, e composta pelos professores Aspásia Brasileiro Alcântara (UERJ /Medicina Social, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC e Sub-Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro), Carly Silva (UERJ/Letras), Caspar Stemmer (Universidade Federal de Santa Catarina/Engenharia), Elon Lages Lima (CNPq/Instituto de Matemática Pura e Aplicada), Jäder Benuzzi Martins (UERJ/Física), José Manuel Riveros (Universidade de São Paulo/ Química), Luiz Antônio Cunha (Universidade Federal Fluminense/Educação), Oscar Sala (Universidade de São Paulo/ Física), Reinaldo Felipe N. Guimarães (UERJ/Medicina Social), Ricardo César Pereira Lira (UERJ/ Direito), Roberto Alcântara Gomes (UERJ/Biologia) e Simon Schwartzman (Fundação Getúlio Vargas/CPDOC e USP/IEA, relator). A Comissão contou ainda com a participação de José Pelúcio Ferreira, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

Para desempenhar sua missão, a Comissão se reuniu por sete vezes entre setembro de 1988 e fevereiro de 1989, e seus membros, divididos em três grupos de trabalho, entraram em contato com todas as unidades acadêmicas da Universidade, para troca de idéias e solicitação de informações. Além disto, a Reitoria colocou à disposição dos membros da Comissão um grande número de documentos e informações sobre os mais variados aspectos referidos à Universidade.

A criação desta Comissão decorreu do entendimento, por parte das novas autoridades superiores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de que a instituição se encontra em um momento crucial de transição, em que a continuidade, expansão e melhoria futura da UERJ precisa ser fundamentada em bases sólidas, sob pena de colocar em risco o patrimônio material e intelectual acumulado até agora. Esse momento é caracterizado, entre outras coisas, pela plena autonomia didática, administrativa e de gestão financeira e patrimonial que a nova Constituição brasileira atribui às universidades, e que a UERJ deve se preparar para assumir; pelo contraste entre as necessidades orçamentárias da Universidade e a situação de exigüidade financeira com que se encontra a administração estadual; pelas dificuldades que a UERJ tem tido de competir com outras universidades da região e do país por recursos adicionais e extra-orçamentários para atividades de pesquisa e de pós-graduação; e pelo ambiente de críticas generalizadas a que as Universidades públicas brasileiras têm sido submetidas nos últimos tempos, dentro do qual a UERJ tem sido particularmente visada.

2. Características Gerais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro surgiu em 1950, pela reunião de quatro faculdades isoladas (Ciências Econômicas, Ciências Médicas, Direito e a antiga Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette), às quais foram se agregando, com o tempo, outras unidades, muitas vezes por determinação das autoridades estaduais. Ao contrário de outras instituições, que se transferiram para a periferia das grandes cidades e que conseguiram implantar centros de pesquisa básica e tecnológica e programas significativos de pós-graduação, a UERJ se manteve como universidade eminentemente urbana, situada em sua maior parte em um grande complexo arquitetônico próximo ao Estádio Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro, com um grande número de cursos no horário noturno e atividades de aperfeiçoamento e extensão, e relativamente pouco em termos de pós-graduação e de pesquisa. A UERJ matricula, atualmente, cerca de 16 mil alunos em 34 cursos de graduação, 20 de especialização e 11 mestrados. Além disto, foram realizados 94 cursos de extensão no primeiro semestre de 1988. Existem cerca de dois mil professores, o que dá uma relação bruta de aluno/professor de 8:1, um valor médio em relação às universidades públicas brasileiras. Cerca de 46% dos professores estão contratados em regime de 40 horas semanais (tempo integral), ainda que muitos, por diversas razões, não dediquem de fato esse tempo à Universidade. Oito de seus programas de mestrado foram avaliados pela CAPES, tendo um recebido conceito A (Biociências Nucleares), um recebido o conceito B+ (Medicina Social), e os demais B (Nefrologia), B- (Cardiologia), C (Odontologia), D+ (Endocrinologia), D (Educação) e E (Estudo de Problemas Brasileiros). Não existem programas de doutoramento.

A UERJ participa de um sistema de vestibular integrado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e com o Centro Federal de Tecnologia (CEFET). Para 1989, havia um total de 120 mil candidatos para 8.300 vagas (quase quatro mil na UERJ) dando um total de 14.4 candidatos por vaga. A análise dos dados do vestibular mostra que a UERJ teve a preferência dos candidatos em relação à UFRJ em quase todas as habilitações, com exceção de Ciências Biológicas (46%), Medicina (37%), Engenharia (28%), Engenharia Química (42%), Comunicação Social (43%) e Educação Artística (32%), além de Odontologia, que apresentou empate técnico (49.9%). Ressalte-se a acentuada preferência pela UERJ para os cursos de Pedagogia (85%), Serviço Social e Química (72%), Ciências Contábeis (71)%, Matemática/Informática e Direito (69%), apenas para citar as que estão em níveis mais elevados¹. A explicação para esta preferência está relacionada, em parte, ao fato de que a UERJ oferece mais cursos no turno da noite, e estes são os mais procurados. 26% das vagas da UERJ (1.040 das 3.945) são para cursos noturnos, e elas tiveram uma procura superior a 58% dos candidatos; o turno da manhã, com 17% das vagas da UERJ, teve uma procura de apenas 26% dos candidatos, ou seja, 32% menor. Esses dados permitem dizer que o aluno que busca a UERJ é, predominantemente, aquele que decide não disputar as vagas das carreiras mais prestigiosas da UFRJ, seja porque necessita estudar à noite, seja porque não se considera em condições de competir para as vagas das carreiras mais prestigiadas. Ainda que não existam dados precisos a respeito das características sócio-econômicas dos candidatos e alunos da UERJ, é sabido que este tipo de

¹ Comissão Permanente do Vestibular - UERJ, Relatório de Atividades, 1988.

estudante, em contraste com os das carreiras mais prestigiadas, tende normalmente a ter uma origem social menos elevada, ser mais velho e ter recebido uma educação secundária menos adequada. Por outra parte, parece não haver maiores diferenças entre os candidatos da UERJ e de outras universidades para carreiras como o Direito, a Medicina, a Odontologia e algumas outras. Este perfil do alunado da UERJ decorre, em parte, da própria concepção que presidiu à criação da Universidade, como instituição urbana e localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, e deve estar sempre presente em todas as propostas que se façam para a melhoria de seu desempenho acadêmico e educacional.

3. As vocações específicas da UERJ

A questão das vocações específicas da UERJ, no contexto das demais universidades do Estado do Rio de Janeiro, foi objeto de intensos debates durante os trabalhos da Comissão, um debate que reflete as próprias perplexidades em que vive a instituição.

a. **Crescimento desordenado.** Durante seus trabalhos, a Comissão pode observar que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro realiza um importante trabalho de formação e aperfeiçoamento profissional em várias áreas do conhecimento, ainda que de qualidade desigual; desenvolve atividades significativas de extensão; possui colégio de aplicação de qualidade reconhecida; opera um hospital universitário de grande porte, que faz parte do sistema previdenciário da região; e é dona de uma estrutura arquitetônica de grandes possibilidades de utilização.

Este crescimento, no entanto, parece ter ocorrido de forma espontânea e desordenada, pela agregação de iniciativas e circunstâncias isoladas, que culminaram em uma crise de propósito, identidade e motivação que a atual administração vem tentando corrigir. A Universidade apresenta óbvios problemas organizacionais e administrativos; as instalações físicas são mal utilizadas, com grandes espaços desocupados e falta de salas de professores e laboratórios adequados; as bibliotecas não satisfazem as mínimas necessidades de alunos e professores; a UERJ é uma das poucas universidades brasileiras que não possuem um centro de processamento de dados. Existem lacunas e problemas evidentes em muitos de seus cursos de graduação; e não foi possível, a não ser em alguns casos isolados, estabelecer linhas bem constituídas de pesquisa e pós-graduação. Seu quadro de professores é desigual em qualidade, e o regime de tempo integral freqüentemente não é cumprido, apesar de serem os salários dos professores, em termos comparativos nacionais, bastante satisfatórios ao final de 1988. Finalmente, professores e funcionários da UERJ gozam de estabilidade em seus empregos, e não existem mecanismos regulares de avaliação de desempenho das unidades acadêmicas, nem de seus professores e funcionários individualmente.

A melhoria do desempenho da UERJ, e seu desenvolvimento futuro, dependem em parte do apoio que venha a receber do governo do Estado do Rio de Janeiro e de outras instituições, assim como da colaboração e apoio de todos os setores da sociedade, e particularmente da comunidade universitária e científica mais ampla da região e do país. Mas ela depende, sobretudo, do interesse, motivação e desempenho da própria comunidade de professores, funcionários e alunos que constituem a UERJ. Melhorar e transformar uma instituição significa

revitalizar o compromisso de seus membros com seus objetivos, ou identificar novas vocações, o que requer, muitas vezes, trazer novas pessoas e novas formas de trabalhar, afetando rotinas, hábitos antigos e interesses. As estruturas de participação democrática que têm sido desenvolvidas nestes últimos anos, na UERJ como em outras universidades brasileiras, permitem mobilizar esse empenho, mas também podem ser utilizadas como instrumento de resistência à inovação e à reforma. É de se esperar que a comunidade universitária da UERJ entenda a gravidade e importância do atual período de transição, e se transforme em fator decisivo para conduzi-la a bom termo.

b. Identidade e vocações da UERJ. A busca da identidade e vocação próprias da UERJ passa por uma análise de seu público, seus professores, seus recursos materiais e sua condição de Universidade Estadual, que coexiste no mesmo espaço geográfico com quatro universidades federais e algumas particulares. Uma instituição deste porte dificilmente terá uma vocação e identidade únicas. É possível identificar, pelo menos, os seguintes papéis que a Universidade já desempenha de alguma forma, e que deveria aprofundar e solidificar no futuro:

i. Formação de alunos nas profissões liberais tradicionais. Os cursos de graduação de Medicina, Direito, Odontologia e Engenharia da UERJ estão organizados segundo os padrões usuais próprios destas carreiras, e constituem uma área de atuação importante da Universidade. Uma característica central destas carreiras é que seus professores são, na maioria dos casos, profissionais ativos em suas respectivas profissões, e que parte importante da formação de seus alunos se dá no trabalho prático sob a orientação de seus professores. As estratégias de fortalecimento destes cursos são a melhoria do ensino de suas disciplinas básicas, por um lado, e por outro a incorporação à Universidade de uma parte significativa das atividades profissionais e de aprendizagem prática de seus professores e alunos, através do hospital universitário, dos serviços odontológicos, das atividades de assessoria técnica e colaboração com a indústria, e assim por diante. Estas estratégias, em seu conjunto, se integram a duas outras vocações da UERJ, que são as atividades de pesquisa e pós-graduação e as atividades de extensão e prestação de serviços à comunidade do Rio de Janeiro.

ii. Formação de pessoal para o magistério e para as "novas" profissões. A grande maioria dos alunos da UERJ não está nas carreiras mais tradicionais, e sim nas licenciaturas para o magistério e em inúmeras carreiras como pedagogia, enfermagem, serviço social, nutrição, educação física, comunicações, e assim por diante. Estas habilitações têm em comum o fato de que são menos disputadas, e por isto mais acessíveis a alunos menos habilitados para os cursos de maior prestígio, freqüentemente por sua condição sócio-econômica. Elas tendem a apresentar grandes taxas de abandono, e os alunos normalmente resistem, ou têm dificuldades em corresponder às tentativas de elevar o nível do ensino e as exigências de estudo por parte de seus professores.

Atender adequadamente a este público é certamente um grande desafio que a UERJ deve enfrentar nos próximos anos. É daí que devem sair os professores e profissionais do ensino fundamental, que têm a responsabilidade por resolver os problemas da educação básica do Estado; é nestes cursos que um grande número de pessoas de origem social menos privilegiada

busca adquirir uma competência profissional minimamente adequada para suas aspirações e para os requisitos do mercado de trabalho, e que seja ao mesmo tempo comensurável com o tempo e a energia de que dispõem para estudar, e a relativamente pouca bagagem cultural que conseguiram acumular nos anos anteriores à Universidade.

As universidades públicas brasileiras não têm sabido como atender a este público. A prática tem sido a de mantê-lo afastado pelas barreiras dos exames vestibulares e das reprovações no primeiro ano de curso, forçando-o a se refugiar nas escolas particulares menos exigentes e mais custosas. A UERJ não deveria seguir pelo mesmo caminho. Ao contrário, a UERJ pode vir a desempenhar um papel inovador e de crucial importância para a melhoria do ensino fundamental no Estado do Rio de Janeiro, se as milhares de pessoas que passam atualmente por suas licenciaturas receberem uma educação específica e adequada como futuros professores, e pedagogicamente adequada a seu nível educacional e a suas condições sócio-econômicas próprias, distintas e mais difíceis do que daqueles que estudam para as profissões liberais clássicas, ou se encaminham para carreiras acadêmicas ou de pesquisa básica. Raciocínio semelhante se aplica a vários cursos técnicos de nível superior, que requerem treinamento prático e especializado de qualidade, e são bastante distintos seja dos cursos de orientação científica e acadêmica, seja daqueles mais típicos das profissões liberais. A estratégia básica para atender a este público é, sem dúvida, de tipo pedagógico. São necessários bons professores, bons materiais de ensino, aulas bem preparadas, utilização apropriada de tecnologias educacionais mais avançadas. O desenvolvimento desses materiais e dessa competência pedagógica depende de uma conscientização adequada dos institutos responsáveis pelo ensino dos cursos básicos e de conteúdo das licenciaturas e demais cursos deste grupo, e pode se beneficiar muito de um esforço intencional e sistemático de apoio por parte da Faculdade de Educação. A UERJ deveria identificar uma equipe que pudesse dar início às pesquisas e análises necessárias para o desenvolvimento de sua competência pedagógica, tendo em vista, principalmente, a formação de professores para o ensino fundamental em suas diversas modalidades.

iii. Extensão. A UERJ já desenvolve, hoje, uma ampla gama de atividades de extensão, que vão desde o Hospital Universitário até o escritório modelo da Faculdade de Direito, passando pelo convênio com a Secretaria da Receita Federal e pelas consultas telefônicas sobre questões de língua portuguesa, inglesa e alemã. Estas atividades são de grande importância para a Universidade, na medida em que permitem o desenvolvimento de novos conhecimentos e práticas profissionais para seus professores, constituem campo de trabalho prático e aplicado para os alunos, e geram receita adicional para a Universidade. Existe sempre o risco, no entanto, de os serviços de extensão se transformarem em um fim em si mesmo, empregando inclusive seu próprio pessoal, sem que existam ganhos pedagógicos, científicos ou técnicos que possam ser identificados. Estas situações, quando ocorrem, configuram um quadro de utilização inadequada dos recursos humanos e materiais da universidade, que não pode ser aceito. A Comissão sugere que a Universidade proceda a uma avaliação aprofundada de seus atuais serviços de extensão, tendo em vista sua conveniência científica, técnica e pedagógica, e estabeleça mecanismos permanentes de supervisão e acompanhamento das atividades de extensão por parte das respectivas unidades e departamentos.

iv. Pós-graduação e pesquisa científica. A elevação do nível de desempenho da Universidade, do envolvimento de seus professores com as atividades de ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis, e a melhoria de sua imagem e reconhecimento públicos, passam necessariamente pelo estímulo e incentivo às atividades de pós-graduação e de pesquisa, onde quer que seja possível identificar ou constituir potencial para tanto. O estímulo às atividades de pós-graduação e de pesquisa deve ser promovido a partir de um conjunto bem identificado de projetos setoriais de médio e longo prazo. Esses projetos devem levar em conta o quadro global da atividade científica e tecnológica no Rio de Janeiro, com suas diversas universidades, de tal maneira que se busque ocupar caminhos ainda não trilhados por outras instituições, e se estabeleçam, tanto quanto possível, mecanismos duradouros de intercâmbio e cooperação. Nem sempre será possível ou conveniente replicar, na UERJ, coisas que já existem de forma consolidada em outras universidades. Mas serão sempre possíveis projetos de pesquisa cooperativos e convênios de cooperação no nível de ensino, que inclusive legitimem e valorizem o fato de professores da UERJ fazerem parte de programas de pós-graduação de outras instituições.

v. A UERJ e o Estado do Rio de Janeiro. É natural que, como instituição sediada no Estado do Rio de Janeiro e financiada com recursos estaduais, a UERJ procure se capacitar para atender às necessidades específicas da região. Este atendimento pode ser feito de muitas maneiras, incluindo serviços de consultoria para órgãos estatais, colaboração com indústrias localizadas no Estado, formação de profissionais especializados, formação de professores para o ensino fundamental, serviços de atendimento à população, e assim por diante. Muitas destas atividades já vêm sendo desempenhadas, e necessitam tornar-se mais sistematizadas, conhecidas e divulgadas. É necessário que a administração pública e a sociedade do Rio de Janeiro se habituem a buscar na UERJ ajuda para questões de seu interesse, e obtenham respostas satisfatórias. É necessário que a UERJ se capacite para dar estas respostas, com o cuidado de preservar sempre sua autonomia acadêmica e a prioridade de suas funções básicas, que são as do ensino superior e do desenvolvimento do conhecimento em todas as suas formas.

4. Estratégia para a reforma.

Dada a grande diferenciação interna da UERJ, a especificidade dos problemas que afetam seus diferentes setores, e a incerteza e variedade de possíveis fontes externas de recursos, não parece recomendável que a Universidade trate de implantar um plano geral e abrangente de desenvolvimento para os próximos anos, que correria o risco de produzir uma grande burocracia com pouca capacidade de ação, e terminaria por sufocar a ação independente de seus diversos

setores. Deveria haver, isto sim, projetos específicos das unidades acadêmicas, ou inter-unidades, cabendo às autoridades superiores da Universidade examinar sua propriedade e apoiar sua elaboração e execução. Cabe também à direção da Universidade, naturalmente, compatibilizar os projetos, pleitear recursos e estabelecer prioridades em sua distribuição interna, sem tolher, no entanto, a capacidade que têm os diversos setores e unidades de buscar seus próprios apoios.

Existe, no entanto, uma série de medidas gerais que podem ser implementadas desde o início, e que permitiriam caracterizar o começo do processo de reforma. Estas medidas incluem, pelo menos, as seguintes ações, várias das quais já em processo de implementação:

- implantação de um novo plano de carreira e uma política de pessoal nas linhas sugeridas neste documento;
- implantação de reforma administrativa interna que assegure eficiência e probidade na gestão financeira e patrimonial da Universidade;
- desenvolvimento de um quadro de pessoal técnico-administrativo com competência para apoiar os laboratórios e demais atividades técnico-científicas da Universidade, com níveis salariais adequados;
- criação de mecanismos ágeis de captação e administração de recursos externos;
- criação de sistemas de avaliação contínua de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- eliminação de redundâncias de cursos, e suspensão ou redirecionamento da matrícula de novos alunos nos cursos de demanda extremamente reduzida;
- interrupção ou suspensão dos programas de pós-graduação que tenham avaliação "D" ou inferior, até que apresentem perspectivas concretas de melhoria.

Além destas, existe uma série de outras recomendações de caráter geral que devem ser feitas:

a. Agilização na captação e administração de recursos externos - o papel do CEPUERJ.

A reformulação da sistemática de utilização de recursos externos captados mediante convênios, com a criação de mecanismos dotados da agilidade necessária ao atendimento das necessidades básicas do ensino, pesquisa e extensão continua a ser um ponto crítico, sendo invocado por dirigentes das unidades como uma das razões que levam diversos docentes a não mais pleitear recursos junto às agências de fomento. Até aqui, o Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CEPUERJ - tem sido utilizado para todas as atividades que implicam captação de recursos externos, desde a realização de cursos de extensão até a implementação de convênios de prestação de serviços permanentes, como o convênio com a Secretaria da Receita Federal, ou o serviço de microfilmagem, e incluindo os convênios de pesquisa científica.

No entanto, o CEPUERJ vem perdendo agilidade operacional, e existe a preocupação de que, como entidade autônoma, ele tenha desenvolvido sua própria lógica de crescimento, sem atentar necessariamente para as conveniências educacionais e de pesquisa que deveriam nortear sua atividade. Uma avaliação mais profunda do CEPUERJ vai além do escopo dos trabalhos da Comissão. Parece ser recomendável, de qualquer forma, que a Universidade considere a conveniência de criar um mecanismo específico e próprio para apoio e gestão de convênios de

pesquisa científica e desenvolvimento de recursos humanos da UERJ, separado dos de apoio à extensão e prestação de serviços.

b. Uma política de recursos estratégicos - o papel da FAPERJ. Muitas das atuais dificuldades da UERJ poderiam ser minoradas se ela pudesse contar com mais recursos para gastos de custeio e capital, e autonomia para geri-los com eficiência e rapidez. No entanto, suas próprias dificuldades internas, somadas a seus gastos crescentes de pessoal, colocam em dúvida sua capacidade de gerir esses recursos adicionais de forma adequada, e fazem com que seja difícil à Universidade pleitear os recursos e a liberdade de ação de que necessita ante o governo do Estado e outras agências externas de financiamento. O rompimento desse círculo vicioso requer, por parte da UERJ, a identificação de um conjunto relativamente limitado de ações que possam alterar de forma significativa, e a curto prazo, seu desempenho e sua imagem; e, por parte do governo do Estado, a disposição de apoiar a Universidade com os recursos estratégicos de que necessita para essas ações. A Comissão notou com interesse a intenção da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro de buscar instituir, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, um fundo especial de recursos para atender a projetos oriundos da UERJ, que sejam avaliados e acompanhados de forma independente pelos comitês assessores da FAPERJ. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - abriu recentemente uma linha de crédito para a FAPERJ com este objetivo, e é fundamental que este mecanismo seja plenamente utilizado e expandido no futuro. Outras iniciativas deste tipo poderiam ser identificadas, dentro e fora da UERJ, com a participação de outras agências, para a modernização e desenvolvimento de seu sistema de bibliotecas, para o seu centro de processamento e dados, para sua modernização administrativa, e para iniciativas e projetos particularmente promissores no nível do ensino de graduação, aperfeiçoamento e extensão.

c. A questão da expansão futura da UERJ. A Comissão acredita que a UERJ deveria conter sua expansão global nos próximos anos, até completar o processo de transição que ora se inicia. Mais especificamente, o governo do Estado não deveria continuar a prática de incorporar à Universidade Estadual unidades isoladas de ensino superior que por acaso existam no Estado, como tem acontecido até aqui. Estas unidades incorporadas trazem consigo, geralmente, um conjunto de problemas e dificuldades que se acrescentam aos que a Universidade já tem, e criam uma demanda irresistível por incorporação funcional e equivalência salarial que terminam por onerar ainda mais os cofres públicos, assim como as dificuldades de gestão por parte da Universidade. Projetos de interiorização da Universidade também não podem ser levados adiante sem uma cuidadosa avaliação de seu impacto global na Universidade. A UERJ não tem porque ser a única instituição pública de ensino superior do Estado. Na medida em que o Estado identifique razões para expandir seu sistema de ensino superior, isto poderá ser feito pela criação de novas instituições, poupando à UERJ incorporações e expansões traumáticas, e poupando às novas iniciativas as eventuais dificuldades que a UERJ possa ter, em razão de sua história.

d. O Hospital Universitário Pedro Ernesto. A Comissão notou o grande peso financeiro e administrativo que representa para a UERJ o Hospital Pedro Ernesto, cujas dimensões -- cerca de 700 leitos, 1.900 funcionários, cerca de 1/3 do orçamento global da Universidade -- são

muito superiores ao que seria desejável para um Hospital universitário, e só se justificam pelo papel que a instituição vem tendo no atendimento da população do Estado do Rio de Janeiro. Seria de toda conveniência que o orçamento do HUPE fosse claramente diferenciado do conjunto da UERJ, com adequada identificação de seus custos específicos, e que as questões relativas ao orçamento, financiamento e gestão do Hospital Pedro Ernesto fossem objeto de um tratamento próprio e específico, tanto internamente quanto no relacionamento da UERJ com o governo do Estado, o Ministério da Previdência e outras agências de financiamento, de tal forma que as atividades principais de ensino e pesquisa que a Universidade desempenha pudessem ser também atendidas em sua especificidade.

e. Autonomia universitária. Preocupa à Comissão o regime de "rédeas curtas" com que a UERJ vem trabalhando em relação ao uso de seus recursos, tanto os orçamentários quanto os oriundos de receitas próprias, em relação ao governo do Estado do Rio de Janeiro. Ainda que esse regime possa ser entendido em função de problemas de gestão financeira identificados no passado pelo Tribunal de Contas do Estado e por consultorias independentes, assim como pelo regime geral de contenção de despesas da Administração Estadual, não há dúvida que esta situação tolhe profundamente a capacidade que possa ter a UERJ de resolver suas dificuldades, além de contrariar expressamente o princípio constitucional da autonomia de gestão financeira e patrimonial. A Comissão espera que os trabalhos de reforma administrativa e contábil que a universidade vem realizando desde o início de 1988 tenham como resultado, a curto prazo, o estabelecimento de um regime efetivo de autonomia de gestão financeira, dentro de um quadro de responsabilidade e eficiência no uso de recursos públicos. O mesmo princípio de autonomia de gestão financeira deve ser atribuído às unidades que compõem a Universidade, no âmbito de suas atribuições, e no uso de recursos de convênios e financiamentos externos.

f. A importância da avaliação. O estabelecimento desta Comissão por parte da UERJ assinala o início de um processo, que deve ter continuidade, de reavaliação profunda da UERJ em todos os seus aspectos, tanto por consultores externos quanto por grupos de trabalho internos, que vem sendo promovido por sua administração central. Nestes meses de atividade, os membros da Comissão, professores da UERJ e convidados de outras instituições, foram recebidos de maneira cordial, colaborativa e muitas vezes entusiasmada em todos os setores da Universidade. Esta experiência comprova que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro está motivada, em todas as condições, e tem muito a ganhar de um esforço sistemático de avaliação e crítica de suas estruturas e procedimentos, com a colaboração de membros de outras instituições universitárias e científicas. É de se esperar que, no futuro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro venha estabelecer uma série de atividades de avaliação contínua de suas atividades, e que estas atividades possam ser vistas como uma expansão e institucionalização da experiência de abertura externa que os trabalhos da Comissão representou.

5. Sugestão sobre estrutura organizacional.

A UERJ é uma das poucas universidades brasileiras que apresentam uma estrutura de quatro níveis, ou seja, a administração superior (reitoria e conselhos superiores), centros setoriais, unidades (faculdades, escolas e institutos) e departamentos. É duvidosa a utilidade de uma estruturação de quatro níveis. A Comissão de Avaliação pôde constatar que o Centro Biomédico encontra dificuldade em definir seu próprio papel, e que não existe nenhuma lógica clara, nem papel discernível, na distribuição de unidades entre os centros de Educação e Humanidades e de Ciências Sociais. O exemplo de universidades de grande porte e territorialmente dispersas, como a Universidade de São Paulo, mostra que é possível prescindir da instância "centro" entre as unidades e a administração superior da Universidade. A sugestão é, pois, que a UERJ promova uma alteração estrutural no sentido de eliminar os centros. Essa mudança, se aceita, não impediria a montagem de serviços inter-unidades para fins específicos, como bibliotecas, por exemplo. O que se deve evitar é que os centros se constituam em mediações meramente burocráticas entre as unidades e a administração superior.

6. Sugestão sobre a carreira docente.

A carreira docente na UERJ vem sendo discutida a partir de uma comissão paritária, com propostas bastante promissoras. No entanto, como há pontos controvertidos e questões não abordadas, algumas sugestões são aqui apresentadas no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento desse aspecto vital da vida universitária.

Depois de aprovada, a estrutura básica da carreira docente deveria integrar o estatuto ou regimento geral da UERJ, sem embargo de contratos coletivos de trabalho que se fizerem, ou de regulamentos específicos sobre concursos. Desse modo, a carreira docente terá não só o mesmo nível de importância das matérias tratadas nesses documentos, como ficará a salvo de alterações conjunturais.

A prática que a UERJ vinha tendo até a recente Resolução 547/88, propiciando o ingresso na carreira docente apenas pelo nível inicial (auxiliar), sem concursos públicos para assistentes e para professor adjunto, não favorecia a saudável renovação do magistério e da pesquisa. Ao contrário, reforçava a tendência ao enquistamento. Para evitar isto, as seguintes medidas são necessárias:

a. O ingresso na carreira docente em qualquer nível - auxiliar, assistente, adjunto e titular - deve ser sempre por concurso público de títulos e provas. Em qualquer nível, os títulos e trabalhos devem ser considerados, desde que relacionados com a temática do concurso, com menor peso nos postos iniciais e maior no final, conforme a tradição da maioria das universidades públicas. A monitoria em instituições de ensino superior deveria ser considerada também como título. Títulos e experiências profissionais obtidas na UERJ não devem ser privilegiadas na contagem de pontos. Ao contrário, a prática recomendável é valorizar mais a experiência externa, como forma de limitar a tendência à endogenia.

b. Promoção vertical somente através de avaliação de desempenho e obtenção de graus acadêmicos: mestrado para assistente e doutorado para adjunto. Os graus devem, naturalmente, ser obtidos em cursos avaliados positivamente pela CAPES, ou de instituições de reconhecida

qualidade do exterior; essa condição deve valer, também, para os graus conferidos pela UERJ. Os graus acadêmicos devem ser considerados como condição necessária, mas nunca suficiente para as promoções, que devem depender sempre de avaliações independentes.

c. Eliminação da possibilidade de promoção vertical por caminhos que não sejam o da conquista de graus acadêmicos combinada com procedimentos de avaliação de desempenho.

d. Obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos para as posições de professor titular, com bancas examinadoras formadas por professores titulares, em sua maioria externos à UERJ. A prática de reclassificação de professores adjuntos para o nível final da carreira é inadmissível.

Considerando que os concursos para ingresso de docentes na UERJ são feitos no âmbito dos departamentos, mas que os docentes não têm suas atividades restritas a eles, podendo inclusive se transferir para outros departamentos, recomenda-se que os órgãos colegiados superiores homologuem tanto a formação de bancas examinadoras quanto os resultados dos concursos, assim como examinem os pedidos de recurso.

A Comissão também recomenda a manutenção dos critérios adotados recentemente pela UERJ para os concursos públicos, que incluem a presença obrigatória de examinadores externos em todos os níveis, e a exigência de que os examinadores tenham titulação superior à dos níveis em concurso.

A Comissão nota com preocupação a prática bastante generalizada na UERJ de promover concursos de livre-docência sem o requisito prévio de doutoramento, como mecanismo de promoção funcional na carreira de seus professores. O resultado desta prática é, freqüentemente, o preenchimento dos cargos mais elevados da carreira docente por pessoas mal qualificadas, frustrando, assim, qualquer projeto mais conseqüente de melhoria de seu quadro de professores. A Comissão sugere que a UERJ altere esta política, não realizando mais concursos de livre-docência, nem concedendo este título como prêmio de consolação a candidatos que não sejam classificados em concursos para titular. Com a adoção dessa medida, a UERJ poderá não só aperfeiçoar sua carreira docente, como também deixar de ser utilizada como expediente para que professores de outras instituições, especialmente as federais, procurem obter nela a livre-docência para conseguir depois, fora dela, benefícios de duvidosa legitimidade acadêmica.

Seria extremamente salutar que a Universidade introduzisse prazos máximos para a permanência de professores no cargo inicial da carreira, após o que eles ou seriam promovidos aos níveis superiores por titulação e mérito, ou teriam seus contratos rescindidos. Um requisito desse tipo garantiria uma rápida atualização do corpo docente da Universidade, e impediria sua esclerose prematura.

Preocupa também a prática freqüente de contratações em regime de 40 horas semanais que não são e nem têm condições ou intenção de ser cumpridas. É sabido que essa prática se desenvolveu em um período de salários extremamente baixos, como uma forma de complementá-los. Os níveis salariais atuais, no entanto, a tornam completamente inaceitável. A UERJ deveria seguir o exemplo das universidades federais e abolir o sistema de 40 horas sem o requisito de dedicação exclusiva, reservando esta aos professores que efetivamente possam se dedicar integralmente à universidade. A transição entre um e outro sistema pode começar desde já, pela redução da carga horária dos professores que acumulam irregularmente o regime de 40 horas com outras funções fora da Universidade, e as novas normas podem ser adotadas imediatamente para

todas as futuras contratações e alterações de regime de trabalho.

Finalmente, deve haver maior uso da figura do professor visitante, como instrumento de contratação rápida e descomplicada de professores de alta qualificação por prazo fixo e fora dos quadros de carreira, mediante proposta dos departamentos encaminhada aos órgãos superiores da universidade. Professores visitantes são um fator estratégico de abertura e arejamento intelectual, facilitando o intercâmbio com outras instituições e a incorporação descomplicada de professores de talento a título precário. Para que esta instituição não seja desvirtuada, professores visitantes devem ter sempre um projeto de trabalho explícito, e dedicação plena à Universidade, e ser remunerados de forma adequada.

A reorganização da carreira docente nos termos aqui propostos gerará, como consequência, um grande número de pedidos de afastamento de professores para cursos de pós-graduação, que a universidade terá dificuldade em absorver. Por isso, será necessário implantar mecanismos competitivos que permitam selecionar os candidatos mais promissores, dentro dos limites orçamentários que a universidade possa ter, inclusive para a contratação de professores substitutos.

7. Sugestão sobre coordenação didática e integração do ensino, pesquisa e extensão.

Em matéria de coordenação didática e integração do ensino, pesquisa e extensão, a UERJ carece de um ordenamento capaz de permitir a implantação e funcionamento de mecanismos responsáveis pela execução das respectivas tarefas. O estatuto da Universidade dá competência aos centros setoriais para "promover a articulação entre os ciclos e cursos e a integração do ensino, pesquisa e extensão, na forma do Regimento Geral". Por outro lado, a coordenação didática de cada curso seria exercida "por um colegiado de representantes das unidades que participam do respectivo curso". Nada disto, no entanto, foi posto em prática, e os colegiados de curso jamais foram criados. A única modalidade de coordenação didática efetivamente praticada vem ocorrendo no âmbito departamental, em relação a matérias ou áreas afins, sob a denominação de "coordenação de setor".

Mais recentemente, ao disciplinar em caráter provisório os departamentos e conselhos departamentais, a Resolução 546/88, de 1/11/88, instituiu a coordenação de disciplinas atendidas por mais de um docente, silenciando sobre a coordenação de matérias e áreas afins, e deu a entender que caberia aos Departamentos a coordenação de cursos (inciso cinco do artigo 8º).

Na ausência de normas regimentais sobre a integração do ensino, pesquisa e extensão, não tem sido igualmente possível aos centros setoriais exercer o papel que lhes foi atribuído pelo Estatuto neste particular. Na forma da Resolução nº 546, cabe aos departamentos "promover a integração do ensino, da pesquisa e da extensão relativamente a suas várias disciplinas", e cabe ao Conselho Departamental coordenar os diferentes departamentos de cada unidade; mas não está definida a forma de integração interdepartamental de atividades no âmbito da unidade universitária.

Em face de todas estas considerações, é essencial que a coordenação didática e a integração do ensino, pesquisa e extensão sejam devidamente disciplinados, mediante a fixação de diretrizes gerais a serem adotadas em diferentes níveis, bem como a expedição de normas

sobre as atribuições e funcionamento dos colegiados responsáveis por essas tarefas de coordenação.

8. Sugestão sobre o Sistema de Bibliotecas

Em agosto de 1988 a Biblioteca Central da UERJ foi avaliada por uma consultora indicada pela coordenadoria do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. A consultora constatou que o sistema de bibliotecas da UERJ, que consiste em uma biblioteca central e 12 bibliotecas setoriais, tem seu acervo quase totalmente desatualizado; instalações físicas razoáveis, mas sem aproveitamento adequado do espaço; má distribuição do pessoal técnico; bibliotecários operacionalizando rotinas adequadas a pessoal de apoio; fluxo lento de processamento técnico (apesar de não haver compra, e as doações não serem numerosas, existe um grande atraso na catalogação e classificação); prestação de serviços limitada quase que exclusivamente a empréstimo e consulta do material bibliográfico; ausência de verba específica para compra de material bibliográfico no orçamento da Universidade; ausência completa de assinaturas de periódicos, resumindo sua coleção em doações mais ou menos regulares de revistas científicas brasileiras; número exagerado de bibliotecas setoriais, sem justificativas claras dessa pulverização do acervo; ausência de instrumentos para o gerenciamento do sistema (regimento, manuais ou normas de serviços, etc.).

A Comissão pode constatar a precariedade do sistema de bibliotecas da UERJ e a necessidade urgente de sua reformulação, a partir de um exame e avaliação das propostas que hoje existem sobre a questão. No seu entender, a reforma deveria conter, como elementos indispensáveis, os seguintes itens:

- a. Contratação de consultoria externa com a função de executar a reorganização do sistema de bibliotecas, implantar de novas rotinas de trabalho e fazer o treinamento do pessoal. Essa consultoria deve ser feita necessariamente por pessoa ou equipe vinculada a biblioteca universitária de qualidade e de grande porte.
- b. Investimento inicial imediato nos meios de acesso aos acervos bibliográficos disponíveis no Rio de Janeiro e às redes de informação bibliográfica nacionais e internacionais disponíveis. O investimento para isso é incomparavelmente menor do que o que seria necessário para a aquisição de um acervo próprio minimamente aceitável.
- c. Estabelecimento de uma política de aquisições que dê prioridade a livros de texto indispensáveis para os cursos de graduação, e para aquelas obras de referência e revistas especializadas que não estejam disponíveis em outras bibliotecas da cidade, ou que requeiram consultas intensas. Outro critério de prioridade é o de completar aquelas coleções e séries mais importantes das quais a UERJ tenha o melhor acervo na região.
- d. Estímulo a que as diferentes unidades incluam sempre, em seus projetos, recursos para compra de livros e revistas e acesso a bancos de dados.
- e. Informatização do sistema de catalogação e de recuperação de informações com acesso direto aos usuários. É um sistema que deve ser implantado gradualmente, pelo custo inicial da catalogação do acervo existente, assim como do da implantação de terminais ou redes de acesso. No entanto, a reorganização do sistema de bibliotecas deve ser

feita desde o início de forma compatível com um sistema desse tipo.

9. Sugestões sobre computação eletrônica.

A UERJ cede espaço físico para o centro de processamento de dados do Estado (PRODERJ) e utiliza parte de seus serviços, mas não avançou nada, ela mesma, em termos de computação. Existe consenso de que o PRODERJ não tem condições de dar à UERJ o acesso a equipamentos e apoio técnico de que ela necessita para suas atividades. Não é admissível que uma Universidade moderna não tenha seus próprios equipamentos de processamento de dados e competência técnica para operá-los. Um Centro de Processamento de Dados em uma universidade divide suas tarefas em três objetivos básicos, que requerem atenção diferenciada:

a. **Apoio a alunos de graduação.** Em ciências exatas, e mesmo em áreas não ligadas tradicionalmente ao processamento de dados, existem disciplinas que se destinam a fornecer aos alunos conceitos e vivência no uso de computadores. Além disto, é cada vez mais geral o uso de computadores para redação de textos, organização e recuperação de conjuntos de dados, desenvolvimento de projetos, realização de cálculos complexos, e assim por diante, em quase todas as disciplinas de nível universitário. Tais atividades requerem a disponibilidade de um grande número de programas pequenos e simples, que podem, em seu conjunto, representar significativo comprometimento de um sistema central; tempo de resposta rápido, pelo menos no que tange ao uso interativo de editores de texto e de redação e correção de programas; e ferramentas prontas, como "pacotes" estatísticos e uso de compiladores não convencionais, principalmente para cursos ligados à Ciência da Computação. A criação, manutenção e desenvolvimento destas atividades requerem um laboratório especializado, a cargo do CPD universitário.

b. **Apoio a pesquisadores.** Um sistema como o descrito acima deve ser capaz de atender às necessidades de pesquisadores e alunos de pós-graduação, que são geralmente mais complexas do que as dos alunos de graduação. É característica de tal tipo de uso a pouca familiaridade do pesquisador com as máquinas e "software" disponíveis, o que requer a formação, dentro do CPD, de uma equipe de apoio; programas às vezes muito extensos, acarretando sobrecarga de equipamentos; necessidade de "pacotes" de apoio às diversas áreas que se utilizam do computador; e tempo de resposta diferenciado, requerendo o estabelecimento de diferentes prioridades e combinações entre processamento "on line" e em lotes ("batch").

c. **Apoio à administração central da Universidade.** Em instituições de porte, o uso do computador provê uma administração ágil e controle automatizado da administração financeira, de pessoal e de registro acadêmico da Universidade. Além de agilizar e aumentar a confiabilidade dos procedimentos administrativos, sistemas computadorizados adequadamente concebidos permitem a geração de indicadores de desempenho financeiro, administrativo e acadêmico que são de grande importância para a administração universitária em todos os seus níveis. É uma área convencional de processamento de dados que necessita de quadros com vivência suficiente. Pela inexistência de soluções prontas para cada caso, muitos dos sistemas serão desenvolvidos in loco.

Será de utilidade trazer a experiência de outras universidades no setor. São características do processamento administrativo: a existência de equipe de processamento de dados com experiência em software básico e de aplicação; software para banco de dados e

processamento interativo; tempo de resposta muito curto para os sistemas implementados interativamente (protocolo, orçamento, etc.) e médio para os sistemas em "batch" (matrícula, folha de pagamento, etc.); e grande necessidade de recursos de armazenamento (discos magnéticos). Um setor especializado da administração é a parte de bibliotecas, que requer grande capacidade de armazenamento de informações, e é de grande valia para toda a comunidade universitária, permitindo a interligação de bibliotecas setoriais e grandes facilidades de pesquisa bibliográfica.

Este conjunto de atividades requer um computador central com um sistema ágil de credenciamento, acesso por terminais e controle do uso por parte dos usuários junto ao CPD; um número relativamente grande de micro-computadores espalhados pelos diversos setores da Universidade, dentro de uma política global de compatibilização; e a interligação dos microcomputadores a um sistema central, de maneira que o sistema central não seja sobrecarregado com atividades que possam ser desenvolvidas localmente, e que seja possível a utilização conjunta de bancos de dados, programas mais complexos, e assim por diante.

Os microcomputadores são uma alternativa atraente e moderna para o uso de alunos, como uma solução barata, flexível e que não onera os computadores centrais. Seu uso isolado para atividades de pesquisa e de administração central, no entanto, é bastante limitado. O tipo de computador adequado ao apoio a pesquisadores é diferente do adequado ao apoio à administração central. Deve-se optar, se por máquina única, por configuração suficientemente poderosa para atender bem ambas as atividades. A solução de ter-se máquinas distintas para administração e pesquisa resolve também os problemas de segurança referente às informações administrativas. Por último, deve ser levada em conta a perspectiva de "automação de escritórios" no sistema administrativo.

Em termos de prioridades de investimento, cabe à administração central da Universidade, primordialmente, obter os recursos para a implantação do CPD científico e administrativo, e uma estrutura de rede; é de se esperar que as diferentes unidades possam contribuir com seus próprios microcomputadores, adquiridos através de projetos.

10. Avaliação Geral do Centro Biomédico

O Centro Biomédico reúne o Hospital Pedro Ernesto e seis unidades, quais sejam, a Faculdade de Ciências Médicas, a Faculdade de Enfermagem, a Faculdade de Odontologia, o Instituto de Biologia, o Instituto de Medicina Social e o Instituto de Nutrição. O Centro é responsável por cinco cursos de graduação, sete cursos de mestrado, 18 cursos de especialização e cinco cursos de extensão ou atualização. Suas unidades participam ainda de cursos de graduação e pós-graduação de outros centros setoriais e realizam diversas atividades de extensão, principalmente no Hospital Universitário, e de pesquisa.

O corpo docente do Centro é formado por 690 professores, 360 dos quais em regime de tempo integral (52%, em contraste com 46% para os demais centros setoriais da Universidade). Em termos de titulação, existem 109 doutores ou livres-docentes e 198 mestres (44%, em

contraste com aproximadamente 26% para o restante da UERJ). O total de servidores técnico-administrativos é de 157, existindo 2.016 alunos matriculados em cursos de graduação e 214 nos cursos de mestrado.

a. Instituto de Biologia

O Instituto de Biologia é responsável pelo curso de bacharelado em Ciências Biológicas (modalidade médica e biológica), pelo curso de Mestrado em Biologia, área de concentração em Biociências Nucleares, curso de Mestrado em Histologia, recentemente criado, e um curso de especialização. O Instituto reúne atualmente 125 professores, 73 (58%) dos quais em regime de 40 horas. Existem 60 mestres, 20 doutores com formação específica e quatro livres-docentes². Existem 29 professores afastados para fins de capacitação docente, quase todos com substituição, e 58 servidores, sendo 25 administrativos e 33 técnicos.

O curso de Ciências Biológicas conta com 303 alunos, sendo o Instituto responsável também pelo ensino de diversas disciplinas nos cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Nutrição, Psicologia, Educação Física, Oceanografia, Geologia e Geografia. O curso de Mestrado em Biologia foi classificado pela CAPES com o conceito A para o biênio 1986-7, e o curso de mestrado em histologia foi avaliado negativamente pelo Grupo Técnico Consultivo da CAPES.

A estrutura departamental em vigor na Unidade, implantada há muitos anos, encontra-se totalmente superada. Existem somente três departamentos, pelos quais estão distribuídos mais de 100 professores e que atendem a dez unidades universitárias, do que resulta significativo acúmulo de atribuições administrativas, elevado número de reuniões e graves deficiências no planejamento das atividades. Os recursos disponíveis para a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão são notoriamente limitados. No que tange a material de consumo, só tem sido possível assegurar o fornecimento regular dos itens menos dispendiosos, como luvas cirúrgicas, formol, lâmpadas de projetores, rações para animais e giz. Não tem havido reposição de drogas, reagentes e vidraria, o que constitui obstáculo intransponível para a realização de ensino de qualidade, principalmente em uma unidade que fundamenta seus programas em atividades experimentais. A realização de despesas de pequena monta, essenciais para o ensino laboratorial, foi tolhida, durante parte de 1988, pela decisão do Conselho de Curadores de só permitir adiantamentos em nome dos centros setoriais.

O Instituto sofreu, no período compreendido entre 1984 e 1987, significativa perda de recursos humanos de qualidade. Diversos doutores responsáveis por projetos de pesquisa e apoiados por agências de fomento se transferiram inteiramente para outras instituições, ou reduziram substancialmente suas cargas horárias na UERJ. As instalações do Instituto são precárias e insuficientes para o desenvolvimento de suas atividades de ensino e de pesquisa. Os laboratórios estão situados em dois prédios, ambos com graves deficiências de rede elétrica e numerosas infiltrações. A inexistência de laboratórios e salas de aula suficientes para o

²Dados do cadastramento elaborado pela administração central da Universidade. "Doutores com formação específica" são pessoas com cursos de doutorado completo, excluindo aqueles que fizeram jús ao título de doutor por concursos de livre-docência, conforme o regime jurídico anterior. Faltam informações sobre titulação de 17 docentes.

atendimento do vasto alunado obriga ao contínuo deslocamento de alunos e professores e freqüentemente o transporte físico de equipamentos entre os prédios. Existem diversos pequenos biotérios instalados em setores do Instituto que utilizam regularmente animais de laboratório. A construção de um biotério central foi interrompida no final de 1987 e ainda não reiniciada; o prédio hoje já apresenta rachaduras em algumas paredes e suas caixas d'água, e é foco potencial de propagação de doenças.

A utilização de recursos obtidos junto a agências de fomento para apoio a projetos de pesquisa vem sendo impossibilitada pelas normas adotadas pela UERJ, gerando prejuízos enormes, em função do tempo transcorrido entre a liberação dos quantitativos e sua efetiva aplicação. Algumas doações de equipamentos obtidas por docentes no exterior não foram ainda liberadas pela alfândega, onde se encontram há quase dois anos. Equipamentos de grande porte, geralmente obtidos junto ao CNPq como apoio a projetos de pesquisa, encontram-se sem condições de operação, por falta de recursos de manutenção. O acervo bibliográfico é bastante deficiente, salvo no que tange a algumas revistas assinadas em caráter pessoal por professores e obtidas junto a agências de fomento.

b. Faculdade de Odontologia

A Faculdade de Odontologia é responsável pelo curso de graduação em sua área específica, por um curso de mestrado, nove cursos de especialização, e programas de formação profissional de nível médio em Higiene Oral. O corpo docente é constituído de 120 professores, 33(27%) dos quais em regime de 40 horas. Existem 19 mestres, dois doutores com formação específica e 18 livres-docentes³. A Faculdade tem como prática que os professores em tempo integral dedicam à Universidade cinco períodos (manhã ou tarde) por semana, o que significa um total de 20 horas; os docentes de 30 horas cumprem quatro períodos (16 horas), e os de 20 horas, três (12 horas). A Faculdade de Odontologia vem realizando concursos para livres-docentes, que permitem promoção a cargos mais elevados da carreira docente sem necessidade de doutorado.

Há 42 servidores técnico-administrativos, 283 alunos de graduação e 41 de mestrado. Na última avaliação publicada pela CAPES, referente ao biênio 85/6, o curso de mestrado foi classificado na letra C.

A área física disponível para a unidade é extremamente limitada, não permitindo o adequado funcionamento das clínicas odontológicas. Por total falta de espaço, inexistem gabinetes de trabalho para os professores, que são forçados a permanecer, até para a correção de provas, em locais públicos. Os equipamentos empregados são em geral antigos, e recebem manutenção precária. A manutenção das clínicas é quase inteiramente financiada pelo pagamento de serviços odontológicos, que são recolhidos ao CEPUERJ e só liberados para a Faculdade com grande atraso. O sistema de cadastro de pacientes e de registro é bastante precário, sendo uma das causas da evasão de rendas e prejudicando o acompanhamento científico dos trabalhos realizados.

³Veja nota 2. Faltam informações sobre titulação de três docentes.

Os currículos de graduação não são considerados adequados, não havendo formas satisfatórias para a integração entre ensino básico, pré-clínico e clínico. Diversos programas de extensão estão em andamento, tais como a formação de recursos humanos para o atendimento de pacientes portadores de AIDS, a reciclagem de profissionais da rede do INAMPS, o atendimento em estabelecimentos de primeiro e segundo graus, o atendimento no campus avançado de Parintins, a simplificação do atendimento odontológico às populações e a assistência a populações rurais.

c. Instituto de Nutrição.

O Instituto de Nutrição possui 29 professores, 12 dos quais em regime 40 horas. Existem cinco possuidores de mestrado, e nenhum doutor ou livre-docente⁴. Quatro professores se encontram afastados para fins de capacitação. A unidade dispõe de cinco servidores administrativos, e é responsável pelo ensino de graduação a 194 alunos.

A unidade não possui laboratórios, considerados no entanto por seus professores como absolutamente essenciais para o ensino prático. A unidade não dispõe de convênios externos nem presta serviços remunerados a empresas. Os professores se queixam de excessiva carga docente, o que dificulta também as pretensões de afastamento para capacitação em outras instituições. Algumas tentativas recentes de desenvolvimento de atividades de extensão não deram resultados, segundo os professores pela impossibilidade de desenvolvimento da parte experimental.

d. Faculdade de Ciências Médicas

A Faculdade de Ciências Médicas é responsável pelo curso de graduação em medicina, quatro cursos de mestrado (um dos quais ainda não ativado), cinco cursos de especialização e um curso de extensão/ atualização, além de atuar em outros cursos de graduação e pós-graduação ministrados na UERJ. Parcela substancial das atividades docentes é destinada à prestação de serviços médicos no Hospital Universitário Pedro Ernesto e à orientação de internos, estagiários e residentes.

O corpo docente da Faculdade é formado por 360 professores, 192 (53%) dos quais em regime de 40 horas. Existem 84 mestres, 13 doutores com formação específica e 42 livres-docentes⁵. Existem ainda 37 servidores, dos quais 20 administrativos e 17 técnicos. O total de alunos no curso de graduação é de 866, mais 80 nos cursos de mestrado. Os cursos de mestrado foram avaliados pela CAPES no biênio 84/85 nos seguintes níveis: Cardiologia, B-; Endocrinologia, D+; Nefrologia, B. Em relação ao curso de Endocrinologia, cabe às autoridades universitárias examinar se persistem as razões que levaram à avaliação negativa da CAPES, caso em que pode ser recomendável suspender por algum tempo a admissão de novos alunos e submeter o programa a uma profunda reorganização.

⁴Veja nota 2. Faltam informações sobre titulação de um docente.

⁵Veja nota 2. Faltam informações sobre titulação de seis docentes.

Até a década passada, a Faculdade de Ciências Médicas era considerada uma das melhores do país, provavelmente entre as cinco que ofereciam cursos de melhor qualidade. Hoje, ela sofreu significativo retrocesso e grande perda de substância, tendo sido perdidos nos últimos anos docentes altamente qualificados, tanto no Instituto de Biologia quanto no Departamento de Patologia e Laboratórios da Faculdade, que é o responsável pelo ensino e pela pesquisa nas áreas de microbiologia e imunologia, parasitologia, patologia e fisiopatologia e anatomia patológica.

A situação atual da Faculdade de Ciências Médicas não pode ser entendida sem que se considere o papel do convênio global estabelecido com o INAMPS a partir de 1974.

Esse convênio representou, na época, a melhor alternativa para a obtenção de recursos necessários ao custeio das atividades hospitalares, através da integração do Hospital Pedro Ernesto à rede prestadora de serviços médicos do Estado. O convênio levou no entanto, com o passar dos anos, a um nítido predomínio da atividade assistencial, em detrimento dos compromissos acadêmicos ligados ao ensino e à pesquisa. Esse processo foi particularmente agravado pelo fato de a expansão dos serviços e o aumento de recursos financeiros não terem correspondido a um aumento efetivo da qualidade dos serviços médicos prestados, e sim a um aumento ainda mais substancial dos custos hospitalares, à semelhança do observado nos demais centros médicos do país. Existe consenso entre os professores da Faculdade de Ciências Médicas de que a melhoria de seu curso profissionalizante depende da realização de investimentos de infraestrutura capazes de fazer com que o Hospital Pedro Ernesto volte a ser um centro de excelência na prestação de serviços à população. Na medida em que isso ocorra, poderá haver também uma retomada do compromisso acadêmico por parte do corpo docente, que manteve o nível de competência necessária para tal.

Ainda em relação ao curso de graduação, os professores constataam problemas de falta de integração entre os ciclos básico e profissionalizante, entre outras razões pelo fato de as disciplinas serem dadas por professores de outras unidades, em razão da reforma introduzida em 1977.

e. Hospital Universitário Pedro Ernesto

O Hospital Universitário Pedro Ernesto está integrado à Faculdade de Ciências Médicas da UERJ desde o início da década de 60. Ocupa um edifício central de aproximadamente 44 mil m² de área construída, dedicado ao atendimento terciário de saúde (cirurgia e internações) e prédios anexos destinados a diversos tipos de serviços. As clínicas especializadas, denominadas departamentos, são coordenadas por professores titulares responsáveis pelas especialidades na Faculdade de Ciências Médicas. A capacidade teórica de internação é de 700 leitos, mas atualmente só estão disponíveis 577. Existem 20 salas de cirurgia para todas as especialidades, das quais somente 11 funcionam atualmente. Existe, ainda um centro ambulatorial, atendendo 30 a 40 mil pacientes por mês em 58 especialidades. Os serviços auxiliares incluem a central de esterilização, o serviço de laboratório, o serviço de nutrição e dietética, a rouparia, a lavanderia, o arquivo de prontuários médicos, a farmácia, a radiologia e o

almoxarifado. O hospital é atendido por cerca de trezentos professores da Faculdade de Ciências Médicas, 150 médicos especialmente contratados, 120 internos e cerca de 300 médicos residentes.

Observa relatório da Price Waterhouse que, embora a missão atual declarada do HUPE seja a de um hospital-escola, suas origens como instituição ligada à rede de assistência municipal, antes de sua integração à UERJ, causam-lhe problemas de identidade. Sua infraestrutura não é adequada a um hospital-escola e tampouco é ideal para a prestação de serviços assistenciais, quer a nível de internação, quer a nível de atendimento ambulatorial. Por outro lado, estando ao mesmo tempo integrado à UERJ e ao SUDS/INAMPS, ainda que de forma indireta, isso acarreta um sério conflito de objetivos, com conseqüências em seu planejamento, em sua organização e em seu desenvolvimento, impedindo-o de funcionar de forma eficaz. Esses fatos geram, também, dificuldades para a atuação dos profissionais técnicos e administrativos que militam no HUPE, uma vez que não conseguem contornar, a não ser mediante esforços pessoais individualizados, as divergências de objetivos internos do Hospital.

Do lado do ensino e da pesquisa, acabam faltando ao Hospital os necessários recursos e a atualização tecnológica que seriam imprescindíveis, bem como inexistem condições básicas para atender à grande demanda de estagiários e residentes tanto na área médica quanto para-médica. No campo assistencial, o HUPE não está preparado para atender ao volume crescente da demanda de serviços por parte dos conveniados do INAMPS e da população não conveniada. O problema das diferentes fontes de recursos financeiros do HUPE complica ainda mais sua situação em termos institucionais. De um lado, depende de verbas recebidas através de seu orçamento, vinculado ao da UERJ, para pagamento dos servidores do Hospital. Do outro, depende de receitas da prestação de serviços, que são sua grande fonte de recursos financeiros, originárias dos reembolsos de internações e exames, feitos pelo INAMPS, através do convênio MEC/IAPAS. Apesar da boa vontade e esforço da direção do Hospital, de seu corpo técnico e de seu pessoal administrativo, enquanto não se definir sua missão concreta, vinculada à vocação básica do HUPE, ele terá sempre grandes dificuldades em se afirmar como instituição reconhecida interna e externamente e viável econômica, técnica e financeiramente.

A análise realizada pela firma Price Waterhouse deixa claro que muitos dos problemas do Hospital Pedro Ernesto decorrem de falhas gerenciais relativamente simples, que vão da ausência de controle das portarias à falta de rigor asséptico na lavanderia, e incluem falhas na gestão financeira, patrimonial e de controle da dedicação de tempo de seu pessoal técnico e administrativo. O Hospital não tem sequer um registro nosológico que permita que sejam conhecidas as características de sua clientela, assim como sua própria atuação. O encaminhamento destes problemas não requer mais do que a vontade firme das autoridades universitárias e do hospital, e pode trazer uma contribuição imediata e de grande alcance para a melhoria da imagem e do desempenho do Hospital, assim como da qualidade do curso de medicina da UERJ.

f. Faculdade de Enfermagem.

A Faculdade de Enfermagem é responsável por um curso de graduação e outro de especialização. Possui 58 professores, dos quais 34 (59%) em regime de tempo integral. Existem 11 mestres e cinco livres-docentes. A Unidade conta com dez servidores, todos na área administrativa, e 370 alunos de graduação.

A unidade se ressentia do pequeno número e da má qualificação de seu pessoal administrativo, que faz com que muitos docentes tenham que dedicar seu tempo a tarefas administrativas rotineiras. No que tange às instalações, além da insuficiência de área física, existem significativas deficiências no Pavilhão Paulo de Carvalho, onde a faculdade ocupa quatro pavimentos. A rede elétrica encontra-se em péssimo estado, sob ameaça constante de curtos-circuitos, os elevadores não funcionam regularmente, e todas as salas de aula têm janelas para a Avenida 28 de Setembro, sendo por isso excessivamente barulhentas, além de muito quentes. Há constante falta de materiais de consumo, inclusive para atividades administrativas. O material indispensável para as aulas práticas, como seringas descartáveis, já não é fornecido há vários anos.

O rendimento acadêmico dos alunos é considerado inadequado, tanto por problemas gerais, ligados à definição do perfil profissional do enfermeiro de nível superior, quanto por razões relativas às deficiências mais gerais da UERJ. O trabalho prático no Hospital Universitário se ressentia da falta de uma integração satisfatória entre os professores encarregados de supervisionar o estágio dos alunos dos cursos de graduação e os enfermeiros regulares do Hospital. Existe um projeto de internato rural, ainda não ativado. Existem problemas de integração entre os ciclos básico e profissionalizante no curso de graduação. A pesquisa e a produção de trabalhos científicos são praticamente inexistentes na unidade. Existem atualmente cinco professores afastados em cursos de pós-graduação.

g. Instituto de Medicina Social

O Instituto de Medicina Social é responsável pelo ensino de três disciplinas em cursos de graduação do Centro Biomédico, por vários programas de extensão, um curso de especialização e um curso de mestrado. Possui 38 professores, dos quais 16 (42%) em regime de quarenta horas. Existem 20 mestres, dez doutores com formação específica e dois livres-docentes⁶, e três professores em três programas de doutoramento.

O Instituto possui, hoje, uma sede adequada para o atendimento de suas finalidades, tornada possível pela obtenção de recursos externos. Setores da maior relevância, no entanto, como a biblioteca setorial, não puderam ainda ser implementados. Embora a informatização do Instituto tenha sido implantada, também com recursos externos, os equipamentos disponíveis são insuficientes, e já começam a exigir substituição por modelos mais modernos. A infraestrutura administrativa é quase inteiramente dependente de recursos externos, uma vez que, dos 17 servidores existentes, 11 são remunerados com recursos de convênios. Em relação aos funcionários da UERJ, são sentidas deficiências de treinamento e qualificação profissional.

⁶Veja nota 2.

O principal problema com que se depara a unidade é a manutenção de sua infraestrutura, no que tange às instalações ocupadas e ao pessoal de apoio. Além disto, os custos de manutenção de serviços como telefone e xerox são bastante elevados, e são inteiramente cobertos, atualmente, com recursos de convênio.

O Instituto vive atualmente um período de retomada de seus trabalhos de pesquisa, especialmente no Departamento de Instituições e Políticas de Saúde e no de Epidemiologia, enquanto que o Departamento de Planejamento encontra-se em fase de reestruturação. Existe um projeto de implantação de um programa de doutorado. Espera-se que um convênio de cooperação com a França na área de Ciências Sociais aplicadas à saúde, em vias de implantação, venha a contribuir para o aprimoramento do pessoal do Instituto, assim como para suas atividades de pesquisa. No terreno da epidemiologia, o trabalho de pesquisa vem sendo estimulado pela cooperação com o Professor Moysés Szklo, um dos fundadores do Instituto e titular de epidemiologia na Johns Hopkins University, o qual está se incorporando ao Instituto como professor visitante com recursos da FINEP.

h. Conclusões e recomendações relativas ao Centro Biomédico.

O Centro Biomédico da UERJ tem, quando visto globalmente, potencial adequado para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em níveis qualitativa e quantitativamente satisfatórios. Ele constitui, provavelmente, o setor da UERJ onde investimentos relativamente modestos têm maiores possibilidades de trazer, a curto ou médio prazo, resultados bastante significativos. Além das medidas gerais de ordem administrativa, financeira e organizacional que atingem a Universidade como um todo, foi possível identificar uma série de ações específicas que necessitam ser implementadas em relação ao Centro Biomédico:

i. Problemas relativos à área física. Este é um dos grandes estrangulamentos das unidades do Centro Biomédico, que, evidentemente, só poderá ser sanado com investimentos financeiros de monta. Algumas medidas, no entanto, podem ser executadas com recursos bem menores, e já teriam impacto bastante importante. São elas:

- criação de novos locais e melhores instalações para as atividades de ensino e pesquisa no Pavilhão Américo Piquet Carneiro, incluindo a ampliação do número de salas para aulas expositivas, a reformulação da rede elétrica, a implantação de laboratórios multidisciplinares para ensino e a criação de salas de equipamentos de uso comum, nas quais seriam centralizados certos aparelhos como as centrifugas de maior porte, microscópios especiais, contadores de radiação, etc. A área física necessária para essa expansão talvez possa ser pelo menos parcialmente obtida com a liberação de espaço gerada por uma maior racionalização da área hoje ocupada, ficando para o futuro próximo a construção de um novo prédio, capaz de assegurar a obtenção das condições ideais de trabalho.

- realização de estudos visando avaliar a viabilidade da transferência da Faculdade de Enfermagem para outras instalações, talvez no Pavilhão João Lyra Filho, o que propiciaria melhores condições de trabalho para essa unidade e liberaria espaço para a ampliação da Faculdade de Odontologia.

ii. **Problemas relativos a equipamento.** Os equipamentos disponíveis no Centro Biomédico, adquiridos vários anos atrás mediante convênios, encontram-se em péssimas condições de utilização e são em muitos casos obsoletos. Sua renovação, absolutamente essencial, só será exequível em outra realidade orçamentária. No entanto, a UERJ poderá desde já apoiar as Unidades de maior potencial para que elaborem projetos de pesquisa e solicitem apoio a agências externas. Além disto, devem ser criadas facilidades para a manutenção de equipamentos mediante a utilização de recursos humanos já disponíveis, após treinamento necessário, e eventualmente admitindo pessoal técnico especializado. O envolvimento do Centro de Tecnologia e Ciência nesta atividade é essencial.

iii. **Problemas relativos à integração entre atividades de docência, pesquisa e assistenciais.** O relacionamento entre essas atividades necessita ser imediatamente reavaliado, tendo em vista, principalmente, a precedência que o ensino e a pesquisa devem ter em relação à assistência em uma instituição universitária. A melhoria da qualidade dos serviços assistenciais prestados à população pode se constituir em instrumento catalizador importante para a melhoria das atividades de pesquisa e inovação da área de saúde. Em relação ao Hospital Pedro Ernesto, deve haver uma política clara de divisão do trabalho e colaboração entre os docentes da UERJ e outros profissionais de saúde de nível superior que nele atuam, criando condições para que cada qual possa desempenhar melhor suas atribuições.

iv. **Problemas relativos ao Hospital Pedro Ernesto.** A Comissão recomenda que a Universidade aprofunde a avaliação e as sugestões contidas no diagnóstico da Price, Waterhouse, particularmente no que se refere à necessidade de explicitação da identidade e vocação do Hospital, e suas consequências do ponto de vista do relacionamento Hospital-Universidade. Do ponto de vista administrativo e financeiro, a Comissão recomenda que o orçamento do Hospital seja diferenciado do da Universidade e negociado de forma separada com o governo do Estado e demais autoridades da área de saúde. Do ponto de vista administrativo, é recomendável que a direção do Hospital tenha o máximo possível de autonomia de gestão de seus recursos e de seu pessoal, dentro das normas gerais que sejam aplicáveis.

v. **Em relação ao Instituto de Nutrição,** a Comissão recomenda que a Universidade proceda a uma avaliação de sua viabilidade como unidade dentro da UERJ. Caso a conclusão seja afirmativa, o Instituto deverá receber o equipamento laboratorial de que necessita para suas atividades, com a devida atenção para que ele não se transforme em um simples prestador de serviços externos que poderiam ser igualmente atendidos por firmas particulares. Caso a conclusão seja negativa, a Universidade deve proceder a sua desativação.

11. Avaliação da área de Ciência e Tecnologia.

a. Instituto de Física

O Instituto de Física apresenta um total de 70 professores, incluindo seis doutores com formação específica e 27 mestres e dois livres-docentes. Os seis doutores, que poderiam desenvolver pesquisas, estão dedicados a outras instituições, onde realizam trabalhos de pós-

graduação e de pesquisa. Há um total de 33 (47%) de professores em regime de quarenta horas⁷. A carga horária docente é de 50%, e a de pesquisa, 23%. Das unidades visitadas pela Comissão neste Centro, é a que apresenta melhor capacitação docente, sendo possível realizar, nela, a fixação dos professores mais qualificados, visando a uma pós-graduação futura.

Este Instituto é o que apresenta melhor estrutura na parte de laboratórios. Há uma grande deficiência nos laboratórios relativos à física moderna (física atômica, nuclear, matéria condensada), apesar de a UERJ ter apresentado uma certa prioridade nas áreas atômica e nuclear, ao iniciar, em 1959, um curso de física nuclear em convênio com a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Nessa época, em virtude do convênio, os laboratórios estavam bem aparelhados.

Já existe um número razoável de salas para o trabalho dos professores. Todavia, o número ainda não é suficiente.

O Instituto de Física é a unidade que apresenta maior interação com outras instituições de ensino e pesquisa. É pequena, no entanto, a participação de professores do Instituto em congressos nacionais e internacionais, nos quais haja apresentação de trabalhos realizados na UERJ. Existe intercâmbio razoável com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e com o Laboratório Nacional de Computação Científica, ambos do CNPq.

O Instituto de Física oferece um número excessivo de disciplinas de física experimental para as diversas unidades da UERJ. A carga horária docente é relativamente alta em virtude dessa oferta, existindo, até mesmo, um curso de "Física 20".

b. Instituto de Química

O Instituto de Química apresenta um total de 45 professores, incluindo um doutor e sete mestres e três livres-docentes. 23 professores (51%) possuem contrato de trabalho de 40 horas semanais⁸. A carga horária docente é de 67%, e a de pesquisas, 9%. É muito pequeno o número de pós-graduados, e a pós-graduação e a pesquisa dificilmente poderiam ser implantados com o atual quadro de professores.

É muito precária a condição dos laboratórios de química, com muitos equipamentos que constituem verdadeira sucata, pois não funcionam nem podem ser reparados. É precário o número de salas individuais para a permanência de professores em regime de tempo integral.

O Instituto mantém um convênio com a Receita Federal para a prestação de serviços, através do CEPUERJ. É praticamente inexistente o intercâmbio com outras instituições.

Está sendo oferecido um número excessivo de disciplinas, tornando-se necessária uma otimização.

⁷Veja nota 2. Faltam dados sobre titulação de dois docentes.

⁸Veja nota 2. Faltam dados sobre titulação de dois professores.

c. Instituto de Matemática

O Instituto de Matemática tem 97 professores, sendo quatro doutores com formação específica, cinco livres-docentes e 16 mestres. 42 professores possuem contrato de trabalho de 40 horas semanais⁹. A carga horária de ensino é de 70%, e a de pesquisa, 13%. É impossível pensar numa pós-graduação no Instituto de Matemática com o atual quadro de professores. Deve haver um esforço concentrado na capacitação docente e paralelamente a vinda de professores externos poderia funcionar como solução. Esses professores, com nível de doutorado, poderiam receber bolsas de fixação da FAPERJ, e se dedicariam a atividades de ensino e de pesquisa.

Na parte de equipamentos, o Instituto se ressentia de maior informatização. Constitui problema sério a falta de salas individuais para os professores.

É inexistente o intercâmbio com outras instituições de ensino e pesquisa.

Este Instituto é possivelmente o que ministra o maior número de disciplinas da UERJ. A disciplina de cálculo é repetida, com a mesma ementa ou ementas similares, em quase todas as unidades. É necessário que haja uma otimização do número de disciplinas oferecidas, e uma certa padronização.

d. Escola Superior de Desenho Industrial

Apresenta um quadro de 16 professores, além de oito vinculados diretamente ao Estado. Tem cinco mestres, e nenhum doutor com formação específica ou livre-docente. Somente um professor trabalha em regime de 40 horas¹⁰. É a unidade que necessita de maior esforço concentrado na capacitação docente.

São extremamente precárias as condições atuais dos laboratórios e oficinas da Escola, quer na parte de equipamentos, quer na parte de instalações. Não existem salas individuais para os professores, nem espaço físico disponível para que essa meta seja atingida no presente local em que a Escola funciona. A Escola de Desenho Industrial deverá deixar brevemente este local para que a Academia Brasileira de Ciências construa nele sua sede definitiva; em contrapartida, existem negociações para que a Academia viabilize a nova sede da ESDI, e disto depende, em grande parte, a viabilidade futura da ESDI.

É pequeno o intercâmbio com outras instituições de ensino e pesquisa. Existe atualmente uma aproximação com o Instituto Europeu de Design "Itália".

O curso apresenta uma grande deficiência nas disciplinas básicas. Sentimos uma grande dificuldade com a matemática que é ministrada para os alunos de desenho industrial.

⁹Veja nota 2. Faltam informações sobre titulação de 14 docentes.

¹⁰Veja nota 2.

e. Faculdade de Engenharia

Apresenta um total de 222 professores, sendo oito doutores com formação específica, cinco livres-docentes e 49 mestres.) 23 (10%) possuem contrato de trabalho de 40 horas¹¹. A carga horária é de 55% dedicados ao ensino, e 1% à pesquisa. Dada a importância da Faculdade de Engenharia na estrutura científica e tecnológica da Universidade, é necessário concentrar esforços para uma melhor capacitação docente, ao lado da admissão de professores visitantes, através de bolsas de fixação.

Na parte de engenharia elétrica são razoáveis os laboratórios existentes. São precárias as condições na engenharia mecânica, sendo que a totalidade dos equipamentos se encontra ainda no prédio da Fonseca Teles. Não existem salas individuais para a permanência de professores de tempo integral.

Existem contatos com diversas empresas para cursos e prestação de serviços. É praticamente inexistente o intercâmbio com outras instituições de ensino e de pesquisa.

É excessivo o número de cursos oferecidos. Com isso há uma grande pulverização de recursos, com grande número de turmas com menos de dez alunos.

f. Instituto de Geociências

O Instituto de Geociências compreende o Departamento de Geografia, o Departamento de Oceanografia e o Departamento de Geologia e Geofísica. Existem 69 professores no Instituto, sendo oito doutores com formação específica e 18 mestres. 24(35%) professores possuem contrato de trabalho de 40 horas¹². A carga horária docente é de 43%, e a de pesquisas, 22%.

O Departamento de Geografia possui 14 professores, sendo um doutor com formação específica e três mestres. Seis destes professores, ou 43%, estão em regime de tempo integral. O Departamento de Oceanografia possui 23 professores, dez dos quais (43%) em regime de tempo integral. Existe um razoável programa de pesquisas. O Departamento de Geologia e Geofísica possui 24 professores, sendo três doutores com formação específica e nove mestres (50% de titulação). Dez professores possuem contrato de trabalho de 40 horas semanais, e existem cinco docentes em fase de capacitação. Este Departamento, pelo relatório apresentado, é o que apresenta maior capacitação docente e maior desenvolvimento de linhas de pesquisa dentro do Instituto.

São razoáveis os laboratórios dos Departamentos de Geologia, Oceanografia e Cartografia. São muito precárias as condições do Departamento de Geografia. Em geral, é razoável o número de salas individuais para o trabalho de professores de tempo integral.

¹¹Veja nota 2. Faltam dados sobre titulação de sete docentes, e carga horária de três.

¹²Vide nota 2. Faltam informações sobre titulação de quatro e regime de trabalho de um docente.

O Instituto tem intercâmbio relativamente bom com outras instituições de pesquisa. Apresenta um convênio com o Instituto de Pesquisas da Petrobrás, que deve apresentar bons resultados.

É razoável o número de disciplinas oferecidas.

g. Conclusões Gerais sobre a área de Ciência e Tecnologia.

A análise global do Centro de Ciência e Tecnologia leva à identificação das seguintes prioridades:

i. Deve haver um substancial aprimoramento dos cursos de graduação, com a melhoria da qualificação docente e de suas condições de trabalho, modernização das ementas, dos cursos, dos laboratórios, da biblioteca e dos serviços de apoio:

ii. Apoio a grupos emergentes que já apresentem possibilidade de desenvolvimento.

iii. Apoio aos institutos básicos do Centro de Ciência e Tecnologia - Matemática, Física, e Química - que constituem a espinha dorsal do centro;

iv. Apoio, na área de formação profissional, a cursos e projetos ligados às necessidades sócio-econômicas do Estado.

Além disto, foram identificadas as seguintes questões específicas:

Qualificação docente: verificou-se nos diversos institutos e faculdades visitadas que é pequeno o número de professores pós-graduados e freqüentemente os quadros estão incompletos por falta de professores adjuntos e titulares. O Centro de Tecnologia e Ciências apresenta um total de 524 professores, dos quais 14 são doutores com formação específica e 112 mestres (24% de titulação pós-graduada). A carga horária docente é de 7.393 horas, que corresponde a um percentual de 57%. A carga horária de pesquisa é de 12,9%; a de serviços administrativos e técnicos, 26.5%; a de capacitação docente, 4%. O Centro está voltado, fundamentalmente, para as tarefas de ensino; é pequeno o número de pesquisas desenvolvidas, e nem sempre elas são de boa qualidade. Os poucos professores pós-graduados exercem as suas atividades da pós-graduação e pesquisa, na sua maioria, fora da UERJ. Isso impede o desenvolvimento de grupos de pesquisa dentro da própria UERJ.

É necessário incentivar a capacitação e atualização dos docentes mas, paralelamente, a universidade deve criar condições para a fixação e permanência destes professores em regime de tempo integral. É fundamental que, dadas essas condições, sejam estabelecidos programas de trabalho de ensino e pesquisa e que haja uma avaliação periódica de cada docente e dos respectivos programas nos quais os docentes estão integrados. No programa de capacitação docente, a UERJ deve estabelecer prazos para que a titulação se concretize.

Condições dos laboratórios: É precária a condição dos laboratórios nas diversas unidades visitadas. Devem ser melhoradas as condições dos laboratórios de ensino e de pesquisa, permitindo uma ampla participação e utilização por parte dos estudantes. Os professores devem ter maior tempo dedicado ao acompanhamento do estudante nas práticas de

laboratório. É necessário estabelecer uma infraestrutura adequada ao bom funcionamento dos laboratórios de ensino e de pesquisa. Maior número de técnicos de laboratório, oficinas de apoio e dotação adequada para a manutenção, operação e atualização dos laboratórios.

Infraestrutura de trabalho para o corpo docente: De maneira geral, é necessário que haja um maior número de salas individuais para os professores de tempo integral, com uma infraestrutura adequada. No campus existe espaço físico para que o número dessas salas seja ampliado, aproveitando espaços não utilizados.

Biblioteca: É fundamental reativar a biblioteca com uma urgente atualização do acervo de livros de texto e periódicos. A biblioteca deve ser informatizada e ligada às redes de difusão e intercâmbio de informações. Nenhuma das unidades visitadas possui uma coleção minimamente aceitável de livros, livros textos e periódicos.

Ensino e Pesquisa: Devem ser criadas nas unidades comissões de ensino de graduação e de pós-graduação e comissões de pesquisa, tendo por finalidade o acompanhamento do ensino, da carga didática, da grade curricular, e o desenvolvimento de pesquisas. Verificou-se que as poucas pesquisas que existem não são acompanhadas quanto a seu andamento e desempenho. Não há integração entre os institutos que ministram as disciplinas básicas. Não há seminários ou outras formas de intercâmbio entre os diversos institutos. Não existe orientação acadêmica para os alunos. Quase todas as disciplinas são obrigatórias, não havendo disciplinas eletivas ou de domínio conexo.

Interação com outras instituições: é necessário criar mecanismos para a maior interação entre professores da UERJ e de outras instituições, através de seminários, palestras e grupos de trabalho. É necessário promover também programas de pesquisa em cooperação com outras instituições.

Racionalização da oferta de cursos e disciplinas: Existe um número excessivo de cursos e opções nos institutos e faculdades visitadas. Existe uma oferta excessiva de disciplinas de conteúdo análogo, acarretando uma grande dispersão da clientela (numerosas turmas com menos de dez alunos). É necessário evitar essa dispersão, e racionalizar a oferta de cursos e disciplinas.

Modernização do ensino: deve haver um grande esforço de modernização do ensino, uma atualização da grade curricular e utilização dos recursos e computação. A Escola de Desenho Industrial, por exemplo, não possui nada em termos de computação gráfica. Existem em todas as unidades grandes carências na área de informatização.

Modernização da administração: é fundamental reformular a área administrativa das diversas unidades, através, principalmente, da informatização. É relativamente difícil obter dados atualizados sobre as unidades. Nenhuma das unidades visitadas apresentou uma boa infraestrutura administrativa.

12. Avaliação das áreas de Educação, Humanidades e Ciências Sociais.

As diversas unidades das áreas de educação, humanidades e ciências sociais se encontram divididas de forma arbitrária em dois centros setoriais (educação e humanidades e ciências sociais). Existe uma grande disparidade entre elas, assim como problemas comuns. Assim, a Faculdade de Direito, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Letras, o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Ciências Econômicas revelam condições potenciais para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e pós-graduação; já outras unidades, como a Faculdade de Administração e Finanças, Faculdade de Serviço Social, Instituto de Educação Física e Desportos e Faculdade de Comunicação Social se orientam quase que exclusivamente para o ensino de graduação, e só um esforço especial poderia elevar seu padrão acadêmico e ampliar o escopo de suas atividades, observação que se aplica também ao Departamento de Filosofia do IFCH. A Faculdade de Educação ocupa uma posição especial, especialmente pela dissociação que se instalou entre essa Faculdade e o curso de Mestrado em Educação da Universidade. O Colégio de Aplicação "Fernando Rodrigues da Silveira" mantém padrão de qualidade que o distingue no âmbito do ensino de 1ª e 2ª graus no Estado do Rio de Janeiro.

a. Faculdade de Direito.

A Faculdade de Direito possui um total de 76 professores, 15 (20%) dos quais em regime de 40 horas. Existem dois mestres, 26 livres-docentes, e nenhum doutor com formação específica¹³. São admitidos anualmente cerca de 300 alunos em seu curso de graduação, e existe projeto de implantação de um programa de pós-graduação (lato e stricto sensu). A Faculdade ocupa 38 salas, incluindo as do Escritório Modelo, 12 salas de aula e oito salas de professores, que não dispõem de mesas permanentes de trabalho no campus.

Trata-se de uma instituição de nível reconhecido na área de direito e cujos professores ocupam freqüentemente posições importantes nas carreiras jurídicas e no mundo profissional fora da Universidade. Essa tradição profissionalizante fez com que a Faculdade não tenha desenvolvido nenhuma tradição própria de pesquisa na área dos fenômenos jurídicos, apesar da produção intelectual significativa de muitos de seus professores.

O trabalho prático dos alunos, e as atividades de extensão da Faculdade, se dão principalmente através de um Escritório Modelo de Advocacia, do qual participam seis professores-coordenadores. Existe um projeto de ampliação desse escritório, com a instalação, na Faculdade, de uma Defensoria Pública, destinada à prestação de serviços jurídicos à comunidade carente.

¹³Vide nota 2. Faltam informações sobre titulação de três professores, e regime de trabalho de um.

b. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas é uma unidade heterogênea, reunindo os departamentos de história, ciências sociais e filosofia. Possui um total de 70 professores, 51(73%) dos quais em regime de tempo integral. Existem 30 mestres, cinco doutores com formação específica e seis livres-docentes, além de 16 professores afastados em programas de especialização¹⁴. Existem 12 salas de aula e 13 salas de professores à disposição do Instituto. O Instituto leciona para cerca de 700 alunos matriculados em cursos ligados ao próprio IFCH, e mais cerca de 1.500 em outras unidades. O Departamento de Ciências Sociais mantém um programa de pós-graduação lato sensu em sociologia urbana, com o envolvimento de quatro professores regulares, dois visitantes e um contratado por intermédio do CEPUERJ; e outro de métodos e técnicas de pesquisa em ciências sociais. Existe um projeto de criação de um mestrado em Ciências Sociais. O Departamento de Filosofia deve inaugurar em 1989 um curso de pós-graduação lato sensu em História da Filosofia Moderna e Contemporânea. Os departamentos de História e de Ciências Sociais listam um grande número de projetos de pesquisa em andamento sob a responsabilidade de seus professores.

O projeto acadêmico do Instituto prevê o fortalecimento do ensino de graduação, a promoção da pós-graduação e a incorporação ao Instituto de atividades até aqui dispersas no Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais - NEPEs - e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e Internacionais - ISEBI, recentemente extintos. O projeto de criação de uma Oficina de Ensino e Pesquisa junto ao Departamento de Ciências Sociais é uma tentativa original de enfrentar o problema da dispersão das pesquisas dos professores e da desarticulação da pesquisa com o ensino. Existe também o projeto de criação do Centro de Estudos do Rio de Janeiro, junto ao Departamento de História.

c. Instituto de Psicologia

O quadro docente do Instituto de Psicologia é composto por 45 professores, dos quais quatro com contrato por prazo determinado, em substituição a outros tantos afastados. Do total, 26 (58%) estão em regime de 40 horas. Existem 27 mestres, seis doutores com formação específica e nenhum livre-docente¹⁵. Além dos professores, o Instituto de Psicologia conta com 12 psicólogos que exercem supervisão de estágio curricular. Existem seis professores e dois psicólogos em fase de capacitação. O Instituto ocupa cerca de 60 salas e saletas em diversos blocos, a maioria utilizada para sala de aula, supervisão, atendimento e para o Laboratório de Psicologia Experimental. Existem somente duas salas para professores.

O Instituto de Psicologia é responsável pelo curso de graduação em Psicologia, oferecendo ainda, em 1988, 12 disciplinas para a Faculdade de Educação e outras 11 para outras faculdades e institutos. Entram por ano 40 alunos no Instituto, com um número equivalente de concluintes. O Instituto de Psicologia mantém ainda dois cursos de pós-

¹⁴Vide nota 2. Faltam informações sobre titulação de quatro professores.

¹⁵Vide nota 2. Faltam informações sobre titulação de três docentes.

graduação lato sensu, de Especialização em Psicologia Clínica e de Especialização em Psicologia Jurídica.

O Instituto não possui linhas de pesquisa estabelecidas, mas trabalhos realizados individualmente ou em conjunto por seus professores. Convênios de cooperação e intercâmbio científico estão em andamento com a França, no âmbito do acordo CAPES/ COFECUB; com o Centro de Estudos Psicopedagógicos de Buenos Aires; e com o Núcleo de Estudos da Violência da USP.

O Instituto conta com um Serviço de Psicologia Aplicada, de atendimento à comunidade, onde se desenvolve a prática de Estágio Supervisionado dos alunos de graduação e de especialização em psicologia clínica. Trabalham neste serviço 12 psicólogos (contratados presumivelmente através do CEPUERJ) e 16 professores. A Coordenação de Especialização em Psicologia Jurídica está examinando a possibilidade de estágios de alunos no Escritório de Prática Forense da Faculdade de Direito, assim como a assinatura de convênio para estágios junto às Varas de Família na Justiça do Rio de Janeiro.

d. Instituto de Letras.

O Instituto de Letras possui um total de 96 professores, dos quais 55 (57%) em regime de 40 horas. Existem 37 mestres, 12 doutores com formação específica e 15 livres-docentes¹⁶. O Instituto ocupa cerca de 70 salas para aulas e administração, além de cinco laboratórios de idiomas. Não existem salas em número suficiente para a permanência de professores. O Instituto oferece regularmente cerca de 270 disciplinas em nove cursos de graduação, para uma clientela de 1.200 alunos, em uma grande variedade de cursos. A qualificação acadêmica do Instituto é reconhecida, e se manifesta no novo Mestrado em Literatura Brasileira, avaliado positivamente pelo Grupo Técnico Consultivo da CAPES, assim como nos seis cursos de especialização (entre os quais Linguística e Inglês) e dois de atualização em nível de pós-graduação. O Instituto dispõe de laboratórios de idiomas, nos quais são ministrados cursos de línguas do CEPUERJ, e edita a revista Matraga, através do mesmo.

Por outro lado, o número de habilitações oferecidas nos cursos de graduação é exagerado, e as matrículas que ocorrem em cursos mais especializados como hebraico ou grego refletem, na realidade, uma forma desviada de obter uma habilitação em português (que é normalmente associado a estas e outras línguas) por parte dos alunos que não são admitidos neste curso. Pareceria mais adequado ampliar o número de vagas na habilitação de português, e proporcionar o ensino destas línguas mais especializadas como disciplinas opcionais ou eletivas.

¹⁶Vide nota 2. Faltam informações sobre titulação de 12 docentes.

e. Faculdade de Economia

A Faculdade de Economia possui 48 professores, 15 (31%) dos quais em regime de tempo integral. 16 professores têm doutorado com formação específica, 14 mestrado, e 6, livre-docência¹⁷. A unidade ocupa 23 salas, quatro das quais destinadas a professores. Ela é responsável por um curso de graduação, com cerca de 500 alunos, e tanto seu curso de pós-graduação quanto suas linhas de pesquisa estão em fase de organização. A Faculdade tem desenvolvido algumas atividades de extensão, e tem como projetos futuros a implantação de um programa de treinamento econômico para altos executivos, a publicação de uma revista e a organização e publicação de uma série de documentos de trabalho.

A Faculdade de Economia assemelha-se à Faculdade de Direito pelo fato de que seus professores têm em geral uma posição elevada e reconhecida em sua profissão, mas poucos se dedicam prioritariamente à atividade universitária. No entanto, ao contrário da área de direito, a área de economia já desenvolveu, no Brasil, centros de pesquisa e pós-graduação com dedicação integral de seus professores, e a questão que se coloca em relação à Faculdade de Economia é se ela se manterá como atualmente ou se aproximará de alguma forma do modelo de que são hoje as melhores faculdades de economia do país, algumas das quais situadas no Rio de Janeiro.

f. Faculdade de Serviço Social

A Faculdade de Serviço Social é composta por 23 professores, 15 dos quais auxiliares, e sete assistentes. Do total, três se encontram em regime de 40 horas. Existem oito mestres, nenhum doutor com formação específica ou livre-docente, e cinco professores em cursos de mestrado¹⁸. O curso ocupa 17 salas, sendo duas para professores, havendo ainda seis mesas para seus oito funcionários administrativos. A Faculdade oferece um curso de graduação, e existe projeto de criação de uma especialização em Serviço Social destinado prioritariamente a supervisores de estágio e residentes em Serviço Social do Hospital Pedro Ernesto. Existe somente um projeto de pesquisa em andamento na unidade, sobre "Políticas Sociais e Movimentos Sociais no Rio de Janeiro", ainda em fase preliminar, sem dotação específica, e sem identificação do pesquisador responsável. Existem duas atividades de extensão em andamento. Observa documento de avaliação preparado pela Faculdade que o corpo docente da Faculdade de Serviço Social não atende às demandas de implantação do novo currículo. A atual composição do corpo docente com a respectiva carga horária passou a vigorar a partir deste semestre, sendo a situação anterior ainda mais precária.

¹⁷Vide nota 2. Faltam informações sobre titulação de três docentes, e regime de trabalho de dois.

¹⁸Vide nota 2.

g. Faculdade de Administração e Finanças

A Faculdade de Administração e Finanças possui 32 professores, 18(56%) dos quais em regime de tempo integral. Existem cinco mestres, e um doutor com formação específica¹⁹. Ocupa 32 salas, sendo cinco para professores. Seu curso de graduação atende a 1.132 alunos em 86 disciplinas, e não existe pós-graduação nem pesquisa. Existe um programa de extensão sendo implantado, para a execução de trabalhos de consultoria e assessoria técnica, treinamento dirigido em técnicas administrativas e contábeis, implantação de um laboratório de administração e contabilidade, e oferecimento de cursos de extensão.

h. Instituto de Educação Física e Desportos

Este Instituto possui 51 professores, 26 (51%) dos quais em regime de 40 horas. Existem cinco mestres, um doutor com formação específica e três livres-docentes²⁰. Ocupa 12 salas, das quais cinco para professores. O Instituto subministra um curso de educação física a nível de graduação, e é responsável pelas aulas de educação física para toda a Universidade. Não existe pós-graduação nem pesquisa. Existe um programa de extensão na forma de um serviço de iniciação desportiva, que envolve 15 professores.

i. Faculdade de Comunicação Social

A Faculdade de Comunicação Social está organizada em três departamentos (comunicação básica, relações públicas e jornalismo). Possui 22 professores, seis dos quais com mestrado e dois com doutorado com formação específica. Nove professores possuem contratos de trabalho de 40 horas²¹. O Departamento de Relações Públicas admite anualmente 52 alunos, e tem como projetos a criação de um sistema de áudio e de um escritório de relações públicas, ambos para a UERJ. Existe também o projeto de um curso de especialização em pesquisa de mercado e opinião pública, previsto para 1989. O Departamento de Jornalismo recebe 60 alunos por semestre, e se propõe a dar aos alunos uma experiência concreta de prática jornalística. O Departamento de Relações Públicas é ainda responsável por um conjunto de projetos experimentais com a participação de alunos. Existem seis pesquisas em andamento, duas no Departamento de Relações Públicas, e quatro no de jornalismo. Existem, além disto, várias atividades de extensão.

Em seu relatório, a Faculdade de Comunicação Social assinala que se ressentia da falta de equipamentos para suas atividades de áudio e de jornalismo, mas não os considera como obstáculos insuperáveis para suas atividades.

¹⁹Vide nota 2.

²⁰Vide nota 2. Faltam informações sobre titulação de sete docentes, e regime de trabalho de dois.

²¹Vide nota 2.

I. Faculdade de Educação

A Faculdade de Educação é responsável pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, com aproximadamente 800 alunos, distribuídos em um ciclo básico e seis habilitações profissionais (administração escolar, supervisão, orientação educacional, magistério, deficientes mentais, deficientes auditivos); curso de Licenciatura em Educação Artística, com aproximadamente 200 alunos; e pelo módulo pedagógico das demais licenciaturas da Universidade, matriculando aproximadamente dois mil alunos por ano. Este módulo compreende seis diferentes currículos que atendem aos estudantes dos cursos de licenciatura em letras e suas habilitações, psicologia, história, filosofia, ciências sociais, educação física, geografia, matemática, física, química, biologia e enfermagem, além do curso de didática especial das línguas alemã, francesa e inglesa. Existia em 1988 um total de 126 professores lotados nos seus seis departamentos, além de outros 34 complementando sua carga horária na Faculdade de Educação, e dez com contratos provisórios. Dos 132 professores da Faculdade, 89 possuem contratos de 40 horas semanais; dos 122 efetivos, 65 possuem mestrado, seis possuem doutorado com formação específica, e sete, livre-docência²². Existem 16 funcionários administrativos para a unidade. A Faculdade dispõe de 30 salas de aula e 13 destinadas a professores, que são no entanto praticamente inutilizáveis pela inexistência ou falta de manutenção dos aparelhos de ar condicionado.

A unidade tem sido, historicamente, uma instituição tipicamente voltada para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, que não assumiu, sequer razoavelmente, as funções que lhe cabem de pesquisa e extensão. Nota-se um excesso de carga horária dedicada às aulas, ao qual se associa a multiplicidade de habilitações oferecidas pelo curso de pedagogia. Seus professores tendem a cumprir somente a carga horária destinada às aulas, e não costumam estar presentes na UERJ em outros horários. A ampliação do regime de tempo integral, ocorrida a partir de 1983, foi feita por razões estritamente salariais. Promoções na carreira de magistério foram feitas, predominantemente, por critérios de antigüidade. Nos últimos dez anos houve uma tendência significativa para a qualificação do professorado, mas essa tendência parece ter-se revertido pelas possibilidades de progressão na carreira por tempo de serviço e por concursos de livre-docência sem requisito de pós-graduação. Esta situação não é exclusiva da Faculdade de Educação, mas a atinge de forma especialmente severa. Existe pouco trabalho de pesquisa na Faculdade, a não ser pela iniciativa isolada de alguns professores; tampouco existem atividades sistemáticas de extensão.

As funções das Faculdades de Educação e, especialmente, a natureza dos cursos de pedagogia e licenciatura estão sendo discutidos hoje em todo o país, a partir da consciência de sua grande importância -- é nelas que se formam os professores e demais responsáveis pelo ensino básico do país -- e de suas enormes dificuldades -- as Faculdades de Educação se encontram geralmente sobrecarregadas de cursos que são atendidos de má vontade pelos alunos,

²²Dados fornecidos pela direção da Faculdade. O cadastramento realizado pela Administração Central da UERJ indica a existência de 157 professores, dos quais 58 mestres, quatro doutores e 6 livres-docentes, não havendo informações sobre a titulação de 53 docentes. 80 professores estão listados como possuindo contratos de 40 horas de trabalho semanais.

e não têm clareza quanto a seu efetivo papel. Neste sentido, a situação de perplexidade da Faculdade de Educação da UERJ não é diferente das demais. Independentemente de transformações mais profundas, existem algumas medidas que poderiam ser implementadas a curto prazo, e que poderiam ter efeitos importantes. O número de habilitações oferecidas poderia ser desde logo reduzido, em proveito do uso mais racional dos recursos materiais e humanos. Talvez seja o caso de se transferir para cursos de especialização algumas das habilitações que hoje são oferecidas a nível de graduação. A disciplinas didático-pedagógicas dos cursos de licenciatura foram informalmente submetidas a uma coordenação, o que deveria ser logo institucionalizado para que se articulem umas às outras e às disciplinas de conteúdo oferecidas por outras Unidades (Letras, Ciências Sociais, Biologia, Física, etc.).

Existe ainda na UERJ um curso de Mestrado em Educação que se vincula diretamente à direção do Centro de Educação e Humanidades, funcionando assim independentemente da Faculdade de Educação, ainda que sem quadro de pessoal próprio. O curso possui 19 professores, dos quais dez portadores de livre-docência, quatro doutores com formação específica e cinco mestres, além de professores visitantes²³. O curso oferece três áreas de concentração, em Educação Especial, Política e Administração da Educação Superior e Tecnologia Educacional. Existem projetos de pesquisa articulados nas três áreas, envolvendo professores e alunos de pós-graduação. O curso de mestrado sente-se tolhido na possibilidade de contratar professores com a titulação adequada, e busca constituir um quadro de docentes com carga horária total no próprio curso. Existe um projeto de implantação de uma biblioteca específica, de um núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, e de ampliação de seu espaço físico.

Preocupa, em relação a esse programa, sua dissociação em relação ao curso de graduação, que tende aparentemente a se acentuar, e principalmente o fato de ter sido sistematicamente avaliado de forma negativa pela CAPES, tendo recebido o conceito "D" para o período 1985/6. Dadas as dificuldades próprias da Faculdade de Educação, é compreensível que se trate de dar a seu programa de pós-graduação condições adequadas e diferenciadas de trabalho; no entanto, é claro que esse programa deve também contribuir para a elevação da qualidade dos cursos de graduação, e não se desenvolver de forma paralela e competitiva, como vem ocorrendo atualmente. Cabe às autoridades universitárias examinar, também, se persistem as razões que levaram à avaliação negativa da CAPES, caso em que pode ser recomendável suspender por algum tempo a admissão de novos alunos e submeter o programa a uma profunda reorganização.

k. Colégio de Aplicação

O Colégio de Aplicação "Fernando Rodrigues da Silveira" funciona como unidade autônoma, dedicado ao ensino de 1º e 2º graus, cuja presença na Universidade se justifica como local para a prática de ensino dos cursos de licenciatura. O Colégio é considerado de boa qualidade, e suas vagas eram tradicionalmente muito disputadas em exame de seleção. Mais recentemente, iniciou-se a prática de sortear metade das vagas para candidatos da região em que o colégio está situado, ampliando, dessa forma, o leque social de sua clientela; a outra

²³Vide nota 2.

enfrentado pelo colégio neste momento é sua localização, que o torna vulnerável a atos de vandalismo e afeta a segurança de seus professores e alunos. Observa-se, também, pouca articulação entre o Colégio e os cursos ministrados na Faculdade de Educação, problema que precisa ser equacionado sem que o Colégio perca sua identidade própria.

ii. Faculdades de Formação de Professores

As recentes incorporações de faculdades de Caxias (Licenciatura em Letras e Pedagogia) e de São Gonçalo (Licenciatura em Letras, Biologia, Geografia, História e Matemática) à UERJ fez com que a Universidade passasse a ter duas vias paralelas de formação de professores. A primeira é o ingresso nos institutos centrais da Universidade, com a posterior busca das disciplinas didático-pedagógicas na Faculdade de Educação. A segunda é o ingresso nas faculdades que só formam professores, onde o cultivo das disciplinas nas quais os estudantes se licenciam, bem como as do ciclo básico, não integram departamentos constituídos de forma ampla e abrangente. Essa dualidade pode levar a uma desigualdade na formação de professores no âmbito da UERJ, o que é preciso evitar desde já, antes que as práticas advindas da rotina levantem barreiras difíceis de remover. Para evitar esse problema, a Comissão sugere que as unidades incorporadas sejam supervisionadas diretamente pela Faculdade de Educação e pelas unidades responsáveis pelas disciplinas de conteúdo, que os exames vestibulares sejam integrados, e que os professores das unidades incorporadas sejam submetidos às mesmas exigências acadêmicas que os demais.

iii. Conclusões e recomendações sobre as áreas de Ciências Sociais, Educação e Humanidades.

Apesar de diferentes particularidades, todas as unidades destas áreas apresentam problemas comuns. Entre esses destacam-se o acervo insuficiente das bibliotecas, até mesmo para as atividades de ensino mais rotineiras, situação que se agrava pelos horários inadequados de funcionamento, que não atendem ao grande número de alunos matriculados em cursos noturnos: inexistência de espaço para gabinetes de professores em regime de tempo integral; ausência de atendimento aos estudantes fora do espaço e tempo das aulas, pela inexistência de sistemas de orientação acadêmica; desconforto térmico, especialmente nas faces dos prédios batidas pelo sol; e finalmente, mas não secundariamente, pequena renovação do corpo docente, em grande parte ainda orientado exclusivamente para atividades de repasse de conhecimentos acumulados e formalizados.

As profundas diferenças que existem entre essas unidades se explicam, em grande parte, pelas diferentes vocações e orientações de cada uma delas, relacionadas à natureza das diversas disciplinas, e também pela maneira peculiar pela qual elas se articulam no contexto da UERJ. Nenhuma política de reforma e desenvolvimento acadêmico poderá resultar se essas diferenças não forem consideradas explicitamente.

Estas diferenças de orientação podem ser melhor entendidas se pensamos que os diferentes cursos superiores destes e outros centros da UERJ tendem a se organizar em termos de dois eixos principais de referência, que resultam em quatro modelos distintos. O primeiro

eixo é o de tipo profissional, e tem em um extremo o modelo das profissões liberais (caracterizadas pelo controle de seus membros sobre o exercício profissional e a utilização de conhecimentos especializados) e no outro o modelo da profissão técnica (onde predomina o trabalho assalariado e a venda de serviços especializados a organizações, que preservam o controle sobre o que necessitam e desejam comprar). O outro eixo se relaciona à produção e transmissão de conhecimentos, e tem em um extremo o trabalho acadêmico, orientado para a produção científica e intelectual e à vinculação dos professores e pesquisadores às comunidades científicas que lhes são próprias, e no outro o magistério, voltado para as atividades educacionais junto a estudantes pré-universitários. É fácil ver como os cursos de direito se aproximam mais do modelo profissional liberal, os de administração e contabilidade, do técnico-profissional, os de educação, do modelo do magistério, e os de disciplinas como sociologia e antropologia, do acadêmico e científico. No entanto, existem importantes diferenças de prestígio entre estes modelos, e pressões e movimentos constantes das diferentes profissões e carreiras de um a outro modelo.

Na universidade brasileira sempre predominou, pelo seu prestígio, o modelo da profissão liberal. A partir da reforma de 1968, houve uma pressão constante pela ênfase no modelo acadêmico. Nesta história, ficaram relegadas a segundo plano as atividades de formação para o magistério e aquelas de orientação técnico profissional. E no entanto, a ampliação do sistema de ensino superior do país, assim como o aumento do tamanho de seu sistema de ensino básico, fez destas atividades aquelas que reúnem o maior número de alunos, o que é particularmente certo no caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Nenhuma política que busque melhorar essa situação pode deixar de levar em conta as grandes diferenças de prestígio social, renda e motivação que existem entre os diferentes cursos e carreiras, que fazem com que elas se estratifiquem tanto em termos das origens sociais de seus membros, quanto da bagagem e motivação intelectual que trazem para a Universidade. As dificuldades de introdução da pesquisa básica nas escolas profissionais levam freqüentemente ao recrutamento de pessoas de perfil completamente distinto - cientistas sociais para as faculdades de direito, pesquisadores biomédicos nas faculdades de medicina - com freqüentes problemas de cooperação e integração. A introdução de critérios acadêmicos estritos para o recrutamento de estudantes e promoção de professores para os cursos profissionais e de magistério poderia ter como consequência afastar a clientela que hoje se dirige a esses cursos, e substituir grande parte de seus professores. A alternativa mais cômoda tem sido a de simular a existência destes padrões, transformando grande parte do processo educacional em uma farsa. Pode ser mais adequado, no entanto, estabelecer uma política diferenciada que, sem abrir mão da qualidade, possa dar mais ênfase às metodologias de ensino para os cursos de formação de magistério para o ensino básico, por exemplo, e não requeira a implantação de cursos de pós-graduação e pesquisa para as carreiras de orientação estritamente técnico-profissional, e assim por diante.